

# **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

## **1. Contexto operacional**

### **a) A Companhia**

A ALL - América Latina Logística S.A. ("Companhia" ou "Controladora") foi constituída em 31 de dezembro de 1997.

Tem como principais objetivos sociais:

- participar de outras sociedades, empreendimentos e consórcios, cujo objeto seja relacionado com serviços de transporte, inclusive ferroviário;
- explorar atividades relacionadas a serviços de transporte, tais como logística, intermodalidade, operação portuária, movimentação e armazenagem de mercadorias, exploração e administração de entrepostos de armazenagem e armazéns gerais;
- adquirir, arrendar ou emprestar locomotivas, vagões e outros equipamentos ferroviários para terceiros.

Em 22 de outubro de 2010 a Companhia aderiu ao “Novo Mercado” da Bovespa, onde suas ações são negociadas.

A Companhia opera no transporte ferroviário na região Sul do Brasil, através da ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo através das controladas ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A., ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. Opera na Argentina através de sua controlada ALL - América Latina Logística – Argentina S.A. (ALL Argentina), holding das empresas ALL - América Latina Logística - Central S.A. (ALL Central) e ALL - América Latina Logística - Mesopotâmica S.A. (ALL Mesopotâmica) e também presta serviços de transportes rodoviários no Brasil através da ALL – América Latina Logística Intermodal S.A. (ALL Intermodal).

Os prazos de concessão são como segue:

<b><u>Empresas</u></b>	<b><u>Período da concessão</u></b>	<b><u>Área de abrangência</u></b>
ALL Malha Sul	fevereiro de 2027	Sul do Brasil
ALL Malha Paulista	dezembro de 2028	Estado de São Paulo
ALL Malha Oeste	junho de 2026	Centro-Oeste e Estado de São Paulo
ALL Malha Norte	maio de 2079	Centro-Oeste e Estado de São Paulo
ALL Central	agosto de 2023	Argentina
ALL Mesopotâmica	outubro de 2023	Argentina
Portofer	junho 2025	Porto de Santos-SP
Terminal XXXIX	agosto de 2022	Porto de Santos-SP
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá	agosto de 2022	Porto de Santos-SP
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá	agosto de 2022	Porto de Santos-SP

Uma lista com todas as empresas que compõem o grupo ALL está apresentado na nota explicativa nº 3.

A Boswells S.A. é uma sociedade de investimentos financeiros estabelecida no Uruguai.

Santa Fé Vagões S.A.: seu principal objeto social é a fabricação, manutenção, comercialização e negociação de itens e serviços relacionados a materiais rodantes, sistemas ferroviários, equipamentos de tração, trilhos, sinalizações e equipamentos mecânicos relacionados às atividades ferroviárias, assim como suas peças, partes e componentes, bem como a importação, exportação, compra, venda, distribuição, arrendamento,

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

locação e empréstimo de vagões, máquinas, equipamentos e insumos relacionados com atividades ferroviárias. Atualmente apenas desempenha função de posto de manutenção de vagões.

ALL Overseas: é uma subsidiária integral, adquirida em dezembro de 1999, e tem como objeto social exercer quaisquer atividades que estejam de acordo com a legislação em vigor nas Bahamas.

Track Logística: criada em 07 de abril de 2010, cujo objeto social é prestar serviços de operador de logística de carga em geral, gestão e operação em portos, terminais, centros de distribuição, unidades de armazenagem, armazéns gerais, entrepostos aduaneiros no interior, assim como: importar, exportar, vender, comprar, distribuir, arrendar, locar e ceder contêineres, locomotivas, vagões, máquinas e equipamentos; e executar todas atividades afins, correlatas, acessórias e complementares vinculadas as atividades anteriores. Participar direta ou indiretamente de sociedades, consórcios, empreendimentos e outras formas de associação. Porém não entrou em operação.

Brado Holding: criada em 09 de julho de 2010, cujo objeto social é a participação no capital de outras sociedades, consórcios ou empreendimentos no país ou no exterior. Em 01 de abril de 2011 passou a deter 80% de participação na Brado Logística e Participação S.A..

Brado Logística e Participação S.A.: Adquirida em 2010, passou a ter esta denominação em 24 de novembro de 2010. Em 01 de abril de 2011 passou a deter 100% de participação da Standard Logística e Distribuição S.A. (atualmente denominada Brado Logística S.A.) através da incorporação das ações desta companhia. Tem como objeto social deter as ações de emissão da Brado Logística S.A..

Brado Logística S.A.: Anteriormente denominada Standard Logística e Distribuição S.A., foi adquirida em 01 de abril de 2011, e é subsidiária integral da Brado Logística e Participação S.A.. Tem como objeto social a prestação de serviços de operador logístico de cargas em geral, gestora e operadora de terminais, centros de distribuição, portos, entrepostos aduaneiros, e também participação direta ou indireta em outras sociedades.

Ritmo Logística S.A.: Sua criação foi efetivada em 01 de julho de 2011, através da unificação das operações rodoviárias da ALL Intermodal S.A. e do negócio rodoviário da Ouro Verde Transportes e Locação S.A. Esta operação se deu através do aporte dos ativos dedicados da ALL Intermodal S.A. e da Ouro Verde Transportes e Locação S.A., assim como a transferência do quadro de colaboradores para a nova companhia, cujo objetivo é estabelecer uma associação estratégica no segmento rodoviário.

ALL Serviços: Em 12 de julho de 2010, os sócios deliberaram: a) alterar a denominação social da sociedade para ALL – América Latina Logística Serviços Ltda.; b) aumentar o capital social no valor de R\$ 99, com a emissão de 99.000 quotas subscritas unicamente pela sócia ALL – América Latina Logística S.A., mediante a renúncia ao direito de preferência na subscrição e integralização das novas quotas pela outra sócia ALL – América Latina Logística Participações Ltda. A Sociedade tem como objeto social o fornecimento de um pacote de serviços administrativos de rotina a empresas clientes sob contrato.

ALL Malha Paulista: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de março de 2011, os membros do Conselho aprovaram o aumento do capital social da Companhia, por subscrição privada, no valor de R\$ 100.000, mediante a emissão de 914.196.441 novas ações ordinárias e 1.690.458.271 novas ações preferenciais, ao preço de R\$ 0,0383928 por ação, com base no artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei n.º 6.404/76, tendo em vista notadamente seu valor patrimonial. Assim o capital social passou de R\$ 1.382.362 para R\$ 1.482.362, composto por 4.605.522.677 ações, sendo 1.616.472.395 ações ordinárias e 2.989.050.282 ações preferenciais.

ALL Intermodal: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2011, os membros do Conselho aprovaram o aumento do capital social da Companhia, por subscrição privada, no valor de R\$ 20.000, mediante a emissão de 9.960.243 novas ações ordinárias, ao preço de R\$ 2,0079832 por ação, com base no artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei n.º 6.404/76, tendo em vista notadamente seu valor

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

patrimonial. Assim, o capital social passou de R\$ 92.884 para R\$ 112.884, composto por 90.320767 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

### **b) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à ALL Malha Sul, ALL Malha Paulista e ALL Malha Oeste**

As Companhias estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatizações e nos contratos de concessões das Malhas Ferroviárias.

Os contratos de concessão destas controladas serão extintos com a concretização dos seguintes fatos: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer a extinção de alguma das concessões, os principais efeitos serão os seguintes:

- retornarão à União todos os direitos e privilégios transferidos às Companhias, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.
- os bens declarados reversíveis serão indenizados pela União pelo valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis das Companhias, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estará sujeito às avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não será considerada investimento para fins dessa indenização.

## **2. Políticas contábeis**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base em diversas técnicas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, levando em consideração o julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso e fluxo de caixa para teste de impairment, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, as estimativas de realização futura de crédito tributário, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge a valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a possíveis imprecisões no processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 13 de fevereiro de 2012.

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**3. Base de consolidação****3.1 Demonstrações financeiras consolidadas****a) Controladas**

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da ALL – América Latina Logística S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, apresentadas abaixo:

	Participação %	
	31/12/11	31/12/10
<b>Controladas Diretas</b>		
ALL - América Latina Logística Intermodal S.A. (ALL Intermodal)	100,00	100,00
ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A. (ALL Malha Oeste)	100,00	100,00
ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A. (ALL Malha Paulista)	100,00	100,00
ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A. (ALL Malha Sul)	100,00	100,00
ALL - América Latina Logística Overseas S.A. (ALL Overseas)	100,00	100,00
ALL - América Latina Logística Participações Ltda. (ALL Participações)	100,00	100,00
Boswells S.A.	100,00	100,00
Santa Fé Vagões S.A. (Santa Fé)	100,00	100,00
Track Logística S.A.	100,00	100,00
Brado Holding S.A.	100,00	90,00
ALL - América Latina Logística Centro-Oeste Ltda. (ALL Centro-Oeste)	99,99	99,99
ALL - América Latina Logística Serviços Ltda. (ex ALL Tecnologia)	99,99	99,90
ALL - América Latina Logística Equipamentos Ltda. (ALL Equipamentos)	99,99	99,99
ALL - América Latina Logística Malha Norte S.A. (ALL Malha Norte)	99,18	98,06
ALL - América Latina Logística Argentina S.A. (ALL Argentina)	90,96	90,96
ALL - América Latina Logística Rail Tec (ALL Rail Tec)	51,00	51,00
ALL - América Latina Logística Servicios Integrales S.A. (Sisa)	51,00	51,00
ALL - América Latina Logística Rail Management Ltda (ALL Rail Management)	50,01	50,01
<b>Controladas Indiretas</b>		
<b>Investidas da ALL Intermodal</b>		
ALL - América Latina Logística Armazéns Gerais Ltda (ALL Armazéns Gerais)	100,00	100,00
Rhall Terminais Ltda.	30,00	30,00
Ritmo Logística S.A	65,00	-
<b>Investida da ALL Armazéns Gerais</b>		
PGT Grains Terminal S.A. (PGT)	100,00	100,00
<b>Investida da ALL Malha Paulista</b>		
Portofer Transporte Ferroviário Ltda. (Portofer)	50,00	50,00
<b>Investidas da ALL Malha Norte</b>		
Terminal XXXIX de Santos S.A. (Terminal XXXIX)	50,00	50,00
Portofer Transporte Ferroviário Ltda. (Portofer)	50,00	50,00
<b>Investidas da ALL Argentina</b>		
ALL - América Latina Logística Central S.A. (ALL Central)	73,55	73,55
ALL - América Latina Logística Mesopotâmica S.A. (ALL Mesopotâmica)	70,56	70,56
<b>Investidas da ALL Participações</b>		
ALL - América Latina Logística Servicios Integrales S.A. (Sisa)	49,00	49,00
ALL - América Latina Logística Argentina S.A. (ALL Argentina)	9,04	9,04
ALL - América Latina Logística Serviços Ltda. (ex ALL Tecnologia)	0,01	0,10
ALL - América Latina Logística Centro-Oeste Ltda. (ALL Centro-Oeste)	0,01	0,01
ALL - América Latina Logística Equipamentos Ltda. (ALL Equipamentos)	0,01	0,01
<b>Investida da Brado Holding</b>		
Brado Logística e Participações S.A.	80,00	100,00
<b>Investida da Brado Logística Participações S.A</b>		
Brado Logística S.A	100,00	-

## ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A ALL Central e a ALL Mesopotâmica têm a seguinte composição de participação dos minoritários em 31 de dezembro de 2011.

	Participação %	
	ALL Central	ALL Mesopotâmica
Alesia S.A.	-	3,64
Petersen, Tiele Y Cruz S.A.	-	3,06
Ministerio de Economía y Obras y Servicios Públicos de la Nación	16,00	16,00
Outros - Pessoas físicas	4,00	4,00

ALL Argentina negociou com seu acionista minoritário Railroad Development Corporation a aquisição de sua participação acionária na ALL Central e na ALL Mesopotâmica, cujas participações eram respectivamente 6,45% e 2,74%. A negociação ainda depende de aprovação da transferência de ações pelo governo Argentino.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes (reconhecidos diretamente no patrimônio líquido) são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

### b) Controladas em conjunto

Para o investimento no Terminal XXXIX, cujo controle é compartilhado com outros acionistas, os ativos, passivos e resultados são consolidados de forma proporcional à participação no Capital Social daquela investida, linha por linha, nas demonstrações financeiras consolidadas. Suas demonstrações são preparadas para o mesmo período de divulgação da Companhia e ajustes são realizados, se necessário, para alinhar práticas contábeis à Companhia, bem como, para eliminar a participação da Companhia nos saldos e transações intragrupo.

### c) Coligadas

O investimento da Companhia em sua coligada é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da coligada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e a coligada, são eliminados de acordo com a participação mantida na coligada.

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A participação societária na coligada será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a coligada, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da coligada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

As demonstrações financeiras da coligada são elaboradas no mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessários, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

### **d) Combinação de negócios**

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 (IAS 39) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

### **3.2 Demonstrações financeiras individuais**

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da América Latina Logística S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

### **3.3 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

#### **i. Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

Antes de 1º de janeiro de 2009, a Companhia tratou o ágio e quaisquer ajustes ao valor justo efetuados nos valores contábeis de ativos e passivos oriundos da aquisição como ativos e passivos da controladora. Portanto, esses ativos e passivos já estão expressos na moeda adotada para apresentação das demonstrações financeiras ou representam itens não monetários, não havendo, conseqüentemente, diferenças de conversão.

#### **ii. Empresas da Companhia**

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

### **3.4 Reconhecimento da receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

### **Prestação de serviços**

A receita de venda de serviços é reconhecida quando os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o tomador e seu valor puder ser mensurado de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

### **Receita de juros**

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

## **3.5 Impostos**

### **Imposto de renda e contribuição social – correntes**

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

### **Impostos diferidos**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal e;
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal e;



## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### **Imposto sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Imposto/Contribuição			Alíquota
			(%)
PIS	-	Programa de Integração Social	1,65
COFINS	-	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	7,60
ICMS	-	Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços	De 7 a 17

Esses encargos estão deduzidos da receita líquida na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados deduzidos do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### **3.6 Subvenções e assistências governamentais**

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. A controlada ALL Malha Norte possui um incentivo fiscal cujo benefício se refere a um item de despesa, que é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

### **3.7 Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego**

A controlada indireta ALL Malha Oeste patrocina um Plano de Benefícios, junto a uma Entidade Multipatrocinada, o HSBC Fundo de Pensão e é revisado por atuário independente anualmente. O plano possui características predominantes de contribuição definida durante o período de acumulação de reservas e as contribuições são registradas no resultado quando incorridas.

### **3.8 Benefícios envolvendo pagamento de ações**

Os principais executivos e administradores da Companhia recebem parcela de sua remuneração na forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (“transações liquidadas com títulos patrimoniais”).

O custo de transações com funcionários liquidados com instrumentos patrimoniais, e com prêmios outorgados, é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza método de valorização apropriado e premissas de mercado. Mais detalhes estão demonstrados na nota explicativa 26.

O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para as transações liquidadas com instrumentos patrimoniais em cada data-base até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período é registrado em despesas administrativas e representa a movimentação em despesa acumulada reconhecida no início e fim daquele período.

Nenhuma despesa é reconhecida por prêmios que não completam o seu período de aquisição, exceto prêmios em que a aquisição é condicional a uma condição do mercado (condição conectada ao preço das ações da Companhia), a qual é tratada como adquirida, independentemente se as condições do mercado são satisfeitas ou não, desde que todas as outras condições de aquisição forem satisfeitas.

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida no resultado correspondente às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação.

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme descrito no parágrafo anterior.

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O efeito de diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, conforme descrito na nota explicativa 29.

### **3.9 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

#### **(i) Ativo financeiros**

##### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens ou serviços dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem ou serviço.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

##### **Mensuração subsequente**

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

##### **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Derivativos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

### **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

### **Investimentos mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

### **Ativos financeiros disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretende manter por um período indefinido e que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Dividendos sobre instrumentos patrimoniais disponíveis para a venda são reconhecidos no resultado quando o direito de recebimento da Companhia for estabelecido.

O valor justo de ativos monetários disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão que resultam de uma mudança do custo amortizado do ativo são reconhecidas no resultado, e as demais variações são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### **Desreconhecimento (baixa)**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

### **(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

### **Ativos financeiros ao custo amortizado**

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o empréstimo apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

### **Investimentos financeiros disponíveis para venda**

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil. Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado – é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado. Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecida na demonstração de resultado.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil reduzido do ativo. A receita de juros é registrada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e este aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável na demonstração do resultado, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração do resultado.

### **(iii) Passivos financeiros**

#### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta-corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

### **Mensuração subsequente**

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### **Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

### **Empréstimos e financiamentos**

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### **Contratos de garantia financeira**

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos da transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

### **Desreconhecimento (Baixa)**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

#### **(iv) Instrumentos financeiros – apresentação líquida**

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### **(v) Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa 33.

## **3.10 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge**

### **Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda e swaps de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Para os fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem três classificações: i) hedge de valor justo ii) hedge de fluxo de caixa e iii) hedge de investimento líquido.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto a hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.



## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia possui hedges de valor justo e de caixa que satisfazem os critérios acima, e são registrados da seguinte forma:

### **Hedge de valor justo**

O ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de hedge (para instrumento de hedge derivativo) deve ser reconhecido no resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto deve ajustar a quantia escriturada do item coberto a ser reconhecido no resultado. As mudanças do valor justo do instrumento de hedge e as mudanças do valor justo do item objeto de hedge atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na linha da demonstração de resultado relacionada ao item objeto de hedge.

A mudança no valor justo de um derivativo de taxa de juros designado numa relação de hedge é reconhecida no resultado financeiro. A mudança no valor justo do item objeto de hedge relacionada ao risco objeto de hedge é registrada como ajuste do valor contábil do item objeto de hedge, sendo também reconhecida no resultado financeiro.

Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

A Companhia tem swap de taxa de juros para proteção contra a exposição a mudanças no valor justo de determinados fluxos de empréstimos. Vide nota explicativa 33 para mais detalhes.

### **Hedge de fluxo de caixa**

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da companhia para uma relação de hedge em particular excluir da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de hedge afetar o resultado. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como hedge for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido na reserva de outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afete o resultado.

A Companhia utiliza contratos de swap para troca de taxas pós-fixadas por taxas pré-fixadas de determinados fluxos de financiamento. Vide nota explicativa 33 para mais detalhes.

### **Classificação**

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de hedge eficaz (usados como hedge econômico e não aplicar contabilidade de hedge) são classificados como de curto e longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração de resultados no resultado financeiro.

Os instrumentos derivativos designados como tal e que são efetivamente instrumentos de hedge eficazes são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de hedge.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

### **3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

### **3.12 Ações em tesouraria**

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

### **3.13 Imobilizado**

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Locomotivas, vagões e via permanente são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando há substituição de partes significativa do ativo imobilizado, estas são capitalizadas nos respectivos bens. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Locomotivas 25 anos
- Vagões 30 anos
- Via permanente Limitado ao prazo da concessão 15 a 67 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

### **3.14 Arrendamentos mercantis**

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

Os valores pagos antecipadamente são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no período de carência são registrados ao resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

### **3.15 Custos de empréstimos**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

### **3.16 Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Os ágios gerados nas aquisições de controladas detentoras de contratos de concessão, e que têm como fundamento econômico expectativas de rentabilidade futura, são considerados intangíveis de vida útil definida e amortizados pelo prazo restante da concessão, linearmente ou com base na curva de geração dos benefícios econômicos futuros (ver nota explicativa 13). Adicionalmente, são testados anualmente para perdas por redução de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

### **3.17 Estoques**

Os estoques da Companhia correspondem a material de consumo e manutenção. Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### **3.18 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se reconhecidas, são classificadas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

### **Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura**

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

### **Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

### **3.19 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “disponíveis para venda”. As condições de rentabilidade dessas aplicações estão apresentadas na nota explicativa 6.

### **3.20 Adiantamentos para futuros aumentos de capital**

A Companhia registra os valores referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital, recebidos de participantes do Plano de Opções de compra de ações descrito na nota explicativa 26, em conta do patrimônio líquido, tendo em vista o controle e a expectativa que a Companhia possui para deliberação da conversão dos adiantamentos em aumento de capital.

### **3.21 Provisões**

#### **Geral**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **3.22 Pronunciamentos do IFRS revisados em 2010**

Em maio de 2010 o Conselho emitiu seu terceiro conjunto de emendas a suas normas, com o objetivo de eliminar inconsistências e esclarecer dúvidas na redação. Existem provisões de transição em separado para cada norma. A adoção das emendas descritas a seguir trouxe alterações às políticas contábeis; porém, não impactou o desempenho ou a situação financeira do Grupo.

- IFRS 3 Combinações de Negócios: As opções de mensuração disponíveis para participação minoritária (NCI) receberam emendas. Somente os itens de NCI que constituem 100% de participação corrente que outorgam ao acionista uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de dissolução da sociedade deverão ser mensurados por seu valor justo ou pela parcela proporcional dos instrumentos de participação dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Todos os outros itens devem ser mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição.

As emendas ao IFRS 3 entram em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2011. Porém, o Grupo adotou essas emendas a partir de 1º de janeiro de 2011 e modificou sua política contábil, visto que a emenda foi emitida a fim de eliminar consequências indesejadas que podem advir da adoção do IFRS 3.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros – Divulgações: O objetivo desta emenda é simplificar a divulgação apresentada, através da redução no volume de divulgações no que se refere a garantias recebidas e melhoria nas divulgações, através da exigência de divulgação de informações qualitativas a fim de colocar as informações quantitativas em perspectiva. A Companhia reflete as requisições de divulgação revisadas na Nota Explicativa 14 e 33.

- IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras: Esta emenda esclarece que a entidade pode apresentar análise de cada item de outros resultados abrangentes nas demonstrações de mutações no patrimônio líquido ou nas notas explicativas, o que não é aplicável no Brasil. A Companhia apresenta tal análise na Nota Explicativa 28.

### **3.23 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2011**

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia de forma razoável espera que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.

- **IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (revisado em 2011)**

Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- **IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas**

Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações financeiras da Companhia compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados.

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da Companhia.

- **IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração**

Na forma como foi emitido, este reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Em fases subsequentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no final de 2011 ou no primeiro semestre de 2012. Adoção da primeira fase do IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, mas potencialmente não trará impactos sobre a classificação e mensuração de passivos financeiros. O Grupo irá quantificar o efeito dessa emenda em conjunto com as outras fases, quando emitidas, a fim de apresentar um quadro abrangente.

- **IFRS 11 – Acordos Conjuntos**

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- **IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo**

Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

### **3.24 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

#### **Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

#### **Compromissos de arrendamento mercantil**

A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais de material rodante (locomotivas e vagões) de clientes e fornecedores. A classificação como operacional ou financeiro é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume todos os

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

### **Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos em exercícios futuros, são discutidas a seguir.

### **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na nota explicativa 13.

### **Transações com pagamentos baseados em ações**

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota explicativa 26.

### **Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.



## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 5.153.000 (em 2010 R\$ 5.080.172 ). Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Companhia, bem como a prejuízos cuja previsão realização ultrapassa um horizonte razoável. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide nota explicativa 10.

### **Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## **4. Combinação de negócios**

### **Aquisição da Standard Logística S.A.**

Em 20 de dezembro de 2010 conforme divulgado ao mercado através de fato relevante, a ALL criou a controlada indireta Brado Logística e Participações S.A. (“Brado LP”) com a qual celebrou, em conjunto com suas concessionárias ferroviárias acordos operacionais de transporte, investimentos e terminais.

Nesta mesma data, a Brado LP, divulgou a intenção de associação com a Standard Logística S.A. (Standard), empresa referência no segmento de contêineres frigorificados, com forte *knowhow* na prestação de serviços logísticos no varejo, segmento pouco explorado no modal ferroviário.

Em 01 de abril de 2011, através de assembleia geral extraordinária da Brado LP, se deu a incorporação da totalidade das ações da Standard na Brado LP, tendo como contraprestação a transferência pela Brado Holding S.A. – controladora da Brado LP - de 20% das ações ordinárias da Brado LP aos acionistas da Standard, efetivando a aquisição. Nesta mesma data a Standard Logística S.A. alterou sua razão social para Brado Logística S.A. (“Brado”), e o acervo líquido adquirido na operação era composto da seguinte forma:

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

<b>Valor justo reconhecido na aquisição 01/04/2011</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	43.239
Contas a receber	12.088
Ativo permanente	121.321
Outros	8.036
	<b>184.684</b>
Fornecedores	6.762
Empréstimos e financiamentos	42.927
Adiantamentos de clientes	18.412
Outros passivos	22.113
	<b>90.214</b>
<b>Total dos ativos identificáveis líquidos</b>	<b>94.470</b>
Participação de acionistas não controladores	(18.894)
Ganho por compra vantajosa	(33.836)
<b>Contraprestação transferida</b>	<b>41.740</b>

A tabela a seguir demonstra a apuração do custo de aquisição determinado:

Quantidade de ações trocadas (lote de mil ações)	2.000
Valor das ações trocadas da Brado LP a valor justo (lote de mil ações)	20,87
Custo de aquisição a valor justo	<b>41.740</b>
Acervo líquido da Standard a valor justo (80%)	75.576
Ganho por compra vantajosa	<b>33.836</b>

O valor justo das ações da Brado LP em 01 de abril de 2011, 20% das quais representa a contraprestação aos ex-acionistas da Standard, foi determinado através da metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando premissas que representam as circunstâncias da Brado LP antes da combinação. As principais premissas foram: i) projeções para 15 anos, sem considerar investimentos significativos; ii) taxa de desconto de 13,4% ao ano, e taxa de crescimento de 9,5% na perpetuidade, ambos nominais em Reais, que a Companhia considerou razoável para o negócio de contêineres.

Estimativas preliminares do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos não apresentaram distorções relevantes entre o valor justo e o valor contábil. Todavia, o estudo de valor justo de intangíveis identificáveis ainda está sendo concluído, de forma que tais valores não foram considerados na determinação do método de aquisição.

Eventuais ajustes identificados após a data da combinação serão reconhecidos pela Companhia no decorrer do período de mensuração, de acordo com o especificado pelo CPC 15 – Combinação de negócios.

Os custos decorrentes da operação da aquisição, correspondentes a honorários de profissionais e consultores no montante de R\$ 981 foram registrados no resultado da Companhia na rubrica de outras despesas operacionais.

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**Aquisição de segmento de negócio de transporte rodoviário da Ouro Verde S.A.**

Em 01 de julho de 2011 conforme divulgado ao mercado através de fato relevante, a ALL juntamente com a companhia Ouro Verde S.A (“OV”), formaram a companhia Ritmo Logística S.A (“Ritmo”), combinando os aportes de seus negócios rodoviários existentes na época. Desta forma a ALL passou a deter 65% de participação na Ritmo e a OV 35% de participação.

Esta transação se caracterizou uma combinação de negócios, de acordo com o CPC 15 tendo a ALL como adquirente por meio de sua subsidiária integral ALL Intermodal S.A (“ALL”), a qual passou a deter o controle do negócio rodoviário do não-controlador com 65% de participação. O acervo líquido adquirido a valor justo do acionista não-controlador está composto da seguinte forma:

**Ativos líquidos adquiridos a valor justo:**

Caixa e equivalentes de caixa	8.250
Ativos Permanentes	<u>46.346</u>
<b>Total</b>	<b><u>54.596</u></b>
<b>Participação adquirida</b>	65% <b><u>35.488</u></b>

Em contrapartida o acionista não controlador recebeu 35% de participação no negócio rodoviário da ALL naquela data, a qual teve seu valor justo determinado através da metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando premissas que representam as circunstâncias da ALL Intermodal antes da combinação. As principais premissas utilizadas foram: i) projeções para 10 anos, considerando apenas investimento para manutenção e renovação de frota, sem considerar investimentos significativos; ii) taxa de desconto de 12,9% ao ano, e taxa de crescimento de 6,5% na perpetuidade, ambos em Reais, que a Companhia considerou razoável para o negócio rodoviário. O VPL (valor presente líquido) apurado deste negócio foi de R\$ 95.799, consequentemente a participação de 35% dos não-controladores seria o equivalente a R\$ 33.530.

A tabela a seguir demonstra a apuração do custo de aquisição adquirido:

Valor justo da participação do negócio rodoviário da Intermodal cedido	<u>33.530</u>
Custo de aquisição a valor justo	
Acervo líquido do segmento rodoviário da Ouro Verde a valor justo (65%)	<u>35.488</u>
Ganho por compra vantajosa	<b><u>1.958</u></b>

Estimativas preliminares do valor justo dos ativos identificáveis adquiridos apresentaram uma mais-valia de R\$ 10.683 no ativo permanente. Todavia, uma análise de valor justo de possíveis ativos intangíveis está sendo realizada, de forma que tal valor não foi considerado na determinação do método de aquisição.

Eventuais ajustes identificados após a data da combinação serão reconhecidos pela Companhia no decorrer do período de mensuração, de acordo com o especificado pelo CPC 15 – Combinação de negócios.

Os custos decorrentes da operação da aquisição, correspondentes a honorários de profissionais e consultores no montante de R\$ 562 foram registrados no resultado da ALL na rubrica de outras despesas operacionais.

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### **5. Sociedades controladas argentinas – relação com o Poder Concedente**

#### **a) Renegociação do contrato de concessão**

Durante o período de julho de 1997 a março de 2001, o Poder Executivo Nacional Argentino, mediante decreto nº 605/97, determinou à Secretaria de Transportes a renegociação de todos os contratos de concessão dos serviços de transporte ferroviário de cargas, ocorrendo inúmeras discussões e análises, resultando em uma proposta de um aditivo que acabou ficando sem efeito.

A partir da sanção da Lei nº 25.561, abriu-se um novo marco de renegociação das concessões, efetuando-se, em 10 de abril de 2002, uma apresentação perante o Ministro da Economia Argentina, por intermédio do qual continuou o andamento do processo.

Em 2003 o Poder Executivo Nacional emitiu o decreto nº 311, criando uma comissão especial para a renegociação de todos os contratos de concessão. Essa comissão funciona sob a supervisão simultânea dos Ministérios da Economia e do Planejamento Federal, Investimentos Públicos e Serviços. A mudança de administração no Governo Argentino, em maio de 2003, paralisou o processo durante alguns meses e em setembro de 2003 as concessionárias foram novamente requeridas para atualização de dados e mantiveram várias reuniões com os funcionários e assessores do Ministério do Planejamento Federal.

A Lei nº 25.561 foi sucessivamente prorrogada, estendendo sua vigência até 31 de dezembro de 2011, de acordo com o disposto pela Lei nº 26.563. Depois dessa data a ALL Central e a Mesopotâmica deverão ser chamadas para analisar um novo modelo do acordo, considerando aspectos tais como a tarifa de concessão (*Canon*) e os planos anuais de investimentos.

Em 18 de julho de 2005, foi publicado no Boletim Oficial do Governo Argentino, a Disposição 18/2005 e 19/2005 da Unidade de Renegociação e Análise de Contratos de Serviços Públicos, referente à carta de entendimentos resultante das renegociações dos compromissos do contrato de concessão entre a ALL Central e ALL Mesopotâmica com o Governo Argentino. Em 20 de outubro de 2006, ALL Central e ALL Mesopotâmica assinaram com a Unidade de Renegociação e Análise de Contratos de Serviços Públicos novas cartas de entendimento em substituição a anterior. Os efeitos e compromissos decorrentes destas estão refletidos nas demonstrações financeiras, considerando que as referidas cartas deverão ser aprovadas pelo Presidente da República da Argentina. As referidas Cartas, basicamente, estabelecem o seguinte:

#### **(i) Plano anual de investimentos**

A partir de janeiro de 2006, as concessionárias deverão efetuar investimentos anuais em montante equivalente a 9,5% das receitas líquidas totais da ALL Central e ALL Mesopotâmica referentes ao exercício anterior. Os investimentos mínimos requeridos pelos compromissos das cartas estão sendo integralmente cumpridos pelas concessionárias até o momento.

#### **(ii) Tarifa de concessão (“canon”)**

A partir de 1º de janeiro de 2006, será considerado como valor da tarifa de concessão (“canon”), o valor correspondente a 3% das receitas líquidas totais da ALL Mesopotâmica e ALL Central referentes ao exercício anterior. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 estas Companhias registraram despesas de R\$ 871 (R\$ 563 em 31 de dezembro de 2010) e R\$ 3.903 (R\$ 2.762 em 31 de dezembro de 2010), respectivamente, tendo como contrapartida a conta de arrendamento e concessão a pagar.

As tarifas de concessão referentes aos períodos trianuais anteriores foram incluídas como parte integrante das negociações de reclamações mútuas, conforme descrito no item (iii).

#### **(iii) Direitos e obrigações que compreendem as reclamações mútuas**

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A renegociação dos contratos de concessão incluiu a discussão sobre valores reclamados tanto pelo Governo Argentino como pelas concessionárias, tais como: investimentos que não foram cumpridos pelas concessionárias, montantes relacionados com tarifas de concessão de períodos anteriores e prejuízos incorridos pelas concessionárias por motivos de força maior (inundações e outras).

Com base nas cartas, ficou estabelecido que os montantes correspondentes aos saldos das reclamações mútuas, que totalizavam P\$ 79.760 e P\$ 14.480 para a ALL Central e ALL Mesopotâmica, respectivamente, em favor do Governo Argentino, tiveram suas exigibilidades extintas, passando as concessionárias a assumirem compromissos de investimentos a partir de janeiro de 2006, que não podem ser inferiores a 3,17% e 1,54%, respectivamente, sobre as receitas líquidas do exercício anterior, respeitando os montantes mínimos de P\$ 4.692 e P\$ 852, respectivamente. Os investimentos mínimos requeridos pelos compromissos das cartas estão sendo integralmente cumpridos pelas concessionárias até o momento.

**b) Aprovação da transferência de ações**

Em maio de 1999, a Companhia firmou contrato de compra com os cinco acionistas sobre a totalidade das ações da ALL Argentina e contrato de constituição de usufruto sobre os direitos (tanto econômicos como políticos) sobre as ações da ALL Argentina. O contrato de compra se encontra em processo de aprovação por parte do Governo Argentino que deve dar sua conformidade para efetivar a transferência de ações. O prazo do contrato de usufruto é de 20 anos, renovável automaticamente caso até o final do contrato não haja manifestação do Governo Argentino sobre a aprovação da transação. Caso a autorização seja negada pelo Governo, os cinco acionistas comprometem-se de forma irrevogável, a exercer o direito de voto sobre as ações da ALL Argentina seguindo as instruções da Companhia.

**6. Disponibilidades e valores equivalentes**

		<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Caixa e bancos		6.534	4.165	51.730	17.664
Aplicações financeiras disponíveis para venda					
CDB's	(i)	586.516	377.567	1.548.806	1.326.588
Taxa pré	(ii)	-	110.578	109.675	332.074
Títulos do Governo	(iii)	121.188	97.877	382.247	292.832
Fundos	(iv)	515	1.515	7.280	5.402
		<u>708.219</u>	<u>587.537</u>	<u>2.048.008</u>	<u>1.956.896</u>
		<u>714.753</u>	<u>591.702</u>	<u>2.099.738</u>	<u>1.974.560</u>

As aplicações financeiras são representadas por:

- (i) aplicações em Certificados de Depósitos Bancários – CDB's com taxas atreladas à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI (taxa média de 100% do CDI);
- (ii) aplicações em Certificados de Depósitos Bancários – CDB's com taxa pré-fixada;
- (iii) investimentos em títulos emitidos pelo Governo (taxa média equivalente a Selic);
- (iv) Investimentos em Fundos – compostos principalmente por títulos do governo.

**7. Clientes e operações a receber – consolidado**

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
<b>Contas a receber de clientes</b>		
No Brasil	267.969	220.372
Na Argentina	<u>40.176</u>	<u>34.604</u>
	308.145	254.976
<b>(-) Provisão de créditos para liquidação duvidosa</b>		
No Brasil	(27.035)	(14.674)
Na Argentina	<u>(9.273)</u>	<u>(8.919)</u>
	(36.308)	(23.593)
	<u>271.837</u>	<u>231.383</u>

Na Controladora os saldos das contas a receber de clientes incluem transações com partes relacionadas decorrentes de vendas de materiais para manutenção e prestações de serviços.

A ALL Central vem efetuando a cobrança, em esfera administrativa, de valores decorrentes de receitas de pedágio a receber da “Unidad Ejecutora del Programa Ferroviário Provincial” (“U.E.P.F.P”) no montante de R\$ 2.076 (P\$ 4.762). A probabilidade de êxito na realização deste ativo foi classificada como provável pelos assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2011, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes apresentou a seguinte posição:

Períodos	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldo vencido, mas sem perda por redução ao valor recuperável					Total
		< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	> 181 dias	
31/12/11	160.455	39.167	20.911	37.584	13.720	-	271.837
31/12/10	188.168	8.716	15.621	7.157	8.578	3.143	231.383

**Provisões para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, bem como para os créditos vencidos há mais de 181 dias, desconsiderando os saldos a receber de partes relacionadas. A provisão constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**8. Antecipação de arrendamentos – consolidado**

	31/12/11		31/12/10	
	Ativo circulante	Realizável a longo prazo	Ativo circulante	Realizável a longo prazo
<b>Arrendamentos</b>				
ALL Malha Oeste	166	2.209	166	2.388
ALL Malha Paulista	2.025	28.727	2.025	30.920
ALL Malha Sul	2.734	38.737	2.734	41.472
<b>Antecipação de direito de passagem</b>				
ALL Malha Sul	1.261	18.682	1.261	19.944
	<u>6.186</u>	<u>88.355</u>	<u>6.186</u>	<u>94.724</u>

O valor pago à vista está sendo amortizado de acordo com o prazo restante do arrendamento.

Antecipação do direito de passagem refere-se ao pagamento efetuado pela ALL Malha Sul à ALL Malha Paulista como contraprestação ao uso dos trechos de Presidente Epitácio a Rubião Júnior e Pinhalzinho/Apiáí a Iperó (SP), conforme contrato de operação dos referidos trechos por 30 anos, prazo igual de sua amortização contábil.

Os contratos de arrendamento de bens são reconhecidos no resultado de forma linear ao longo do prazo do contrato, não se caracterizando como arrendamento financeiro.

**9. Impostos e contribuições a recuperar**

	31/12/11		31/12/10	
	Ativo circulante	Realizável longo prazo	Ativo circulante	Realizável longo prazo
<b>Controladora</b>				
Imposto de renda retido na fonte-IRRF	55.937	14.572	44.966	9.859
IR e CS a recuperar - antecipações	7.223	-	5.108	-
Outros	713	-	751	-
	<u>63.873</u>	<u>14.572</u>	<u>50.825</u>	<u>9.859</u>
<b>Controladas</b>				
ICMS	116.686	70.826	96.898	67.503
Imposto sobre valor agregado-IVA	6.080	15.177	5.007	3.124
Imposto de renda retido na fonte-IRRF	65.173	5.390	45.983	5.390
IR e CS a recuperar - antecipações	14.434	3.430	22.962	3.430
COFINS- majoração de alíquota	-	-	3.880	-
Créditos federais a compensar PIS/COFINS	95.138	147.229	47.141	120.422
IPI	-	104.908	-	102.757
Outros	2.092	1.570	4.272	1.107
	<u>299.603</u>	<u>348.530</u>	<u>226.143</u>	<u>303.733</u>
<b>Consolidado</b>	<u>363.476</u>	<u>363.102</u>	<u>276.968</u>	<u>313.592</u>

As Companhias ALL Malha Sul e ALL Intermodal mantêm registrado crédito prêmio de IPI adquiridos de terceiros, gerados em períodos anteriores a outubro de 1990. O crédito é decorrente de ação ordinária transitada em julgado e foi transferido através de cessão de créditos. O objetivo inicial desta aquisição foi de compensar estes créditos com outros débitos de impostos federais. Essas compensações foram glosadas pelo

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

fisco e estavam sendo discutidas em juízo. Os tributos foram atualizados e incluídos no programa Refis no exercício de 2009.

O crédito registrado, no montante de R\$ 104.908 (R\$ 102.757 em 31 de dezembro de 2010), está líquido de provisão para ajuste a valor presente, considerando o histórico atual de realização através de precatórios da Receita Federal e a diferença entre a taxa de atualização desses títulos e o CDI na data do balanço.

A Companhia e suas controladas não esperam incorrer em nenhuma perda na realização destes créditos.

**10. Impostos sobre o lucro - consolidado**

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal com a efetiva, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 encontra-se resumida a seguir:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Lucro antes dos tributos	244.945	301.788	234.146	208.611
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Impostos à alíquota nominal	(83.281)	(102.608)	(79.610)	(70.928)
Ajustes do imposto por:				
Equivalência patrimonial e provisão para passivo a descoberto	107.708	108.432	488	666
Diferença de alíquota em empresas tributadas pelo lucro presumido	-	-	3.637	9.133
Impostos constituídos (baixados ou não constituídos) no período	(7.409)	(51.830)	42.886	65.600
Efeito de amortização do ágio	(14.887)	(10.972)	(702)	(17)
Registro de opções outorgadas de ações	(2.129)	(1.891)	(8.497)	(7.203)
Efeito redução alíquota incentivo SUDAM	-	-	55.758	50.274
Outras diferenças permanentes	(2)	(3.040)	3.176	(10.275)
Receita (despesa) de impostos efetiva	-	(61.909)	17.136	37.250
Impostos correntes	-	(6.307)	(36.390)	(45.150)
Impostos diferidos	-	(55.602)	53.526	82.400

**Efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre o resultado abrangente**

	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidas relativos a itens debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido durante o exercício:		
Marcação a mercado sobre aplicação financeira	1.792	-
Ganho (perda) de marcação a mercado - hedge	-	3.781
Ganho (perda) marcação a mercado - ativos financeiros disponíveis para venda	-	(243)
Efeito de marcação a mercado sobre instrumentos de hedge	(3.867)	-
	<b>(2.075)</b>	<b>3.538</b>

Os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias detidos pela Companhia, bem como a parcela registrada no balanço em 31 de dezembro de 2011, podem ser demonstrados como segue:



**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Prejuízos fiscais	880.251	864.433
Amortização de ágio	102	84
Provisão para remuneração variável	5.254	13.442
Provisão para créditos de impostos	25.016	40.251
Provisão para questões fiscais	15.561	9.585
Provisões trabalhistas	32.772	48.017
Provisão para questões cíveis	9.617	8.059
Provisão créditos liquidação duvidosa	8.791	9.135
Provisão lucro não realizado	4.037	4.289
Operações de hedge a liquidar	(2.954)	2.946
Provisões	13.352	22.564
Ajustes Passivos da RTT	(17.719)	
Ajustes Ativos da RTT	67.275	65.632
Total dos créditos fiscais	<b>1.041.355</b>	<b>1.088.437</b>
(-) Créditos não registrados	531.738	631.045
(=) Créditos líquidos registrados	<b>509.617</b>	<b>457.392</b>

**Reconciliação do ativo fiscal diferido**

Saldo de abertura	457.392	389.405
Ajuste Saldo Controlada	(4.062)	
Saldo aquisição de controlada	2.578	-
Receita/(Despesa) de imposto reconhecida no resultado	53.526	84.394
IRPJ/CSLL realizados no Refis	-	(16.407)
Reflexo variação cambial sobre IR diferido	183	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>509.617</b>	<b>457.392</b>

A expectativa de realização dos créditos fiscais diferidos registrados é a seguinte:

	<b>Consolidado</b>
2012	45.890
2013	48.785
2014	48.377
2015	42.701
2016	49.891
Após 2017	273.973
Total	<b>509.617</b>

Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social gerados na controladora e nas controladas brasileiras são imprescritíveis e serão compensados com lucros tributáveis futuros de acordo com os critérios da legislação fiscal.

As controladas indiretas ALL Central e ALL Mesopotâmica, baseadas na expectativa de geração de resultados futuros e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, reconheceram créditos de imposto de renda diferido que montam R\$ 10.973 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 11.729 em 31 de dezembro de 2010). Os

## ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

prejuízos fiscais, segundo a legislação tributária argentina, prescrevem em um prazo de 5 anos, período considerado suficiente pela administração para a integral recuperação do imposto diferido.

Nas controladas ALL Intermodal, ALL Malha Oeste, ALL S.A. e ALL Malha Sul S.A., os créditos tributários sobre prejuízos não foram reconhecidos tendo em vista o histórico de prejuízos fiscais registrados nos últimos anos.

A Companhia e suas controladas registram créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social quando atendidas as condições do CPC 32. Para tal considera a existência de um histórico de lucratividade e expectativa de resultados tributários futuros em um horizonte previsível não superior a dez anos. Anualmente a Administração prepara um estudo técnico de viabilidade e submete à aprovação do Conselho de Administração, o qual apresenta a estimativa de resultados tributáveis futuros para fundamentar os créditos tributários constituídos.

Durante o exercício de 2011 foram pagos, a título de imposto de renda e contribuição social, a importância de R\$ 42.547 (R\$ 44.274 em 2010).

### 11. Debêntures privadas

Em 21 de junho de 2010, a controlada ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., aprovou a emissão privada de duas séries de 25.000 debêntures não conversíveis em ações escriturais (primeira série), da espécie subordinada no valor unitário de R\$ 10 por debênture, das quais somente a primeira série no valor total de R\$ 250.000, foi emitida.

Os saldos dessas debêntures estão registrados na controladora como segue:

Série	Data de emissão	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	Taxa efetiva	Realizável longo prazo	
						31/12/11	31/12/10
Debêntures Privadas	01/06/10	250.000	01/06/13	102% CDI	11,89%	296.819	265.397
						296.819	265.397

### 12. Investimentos

#### a) Participações em controladas e coligadas

	Quantidade de ações/quotas possuídas				% Participação			
	ON/Quotas		PN		Total		Votante	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
ALL Argentina	2.384.134	2.384.134	6.404.530	6.404.530	90,96%	90,96%	90,96%	90,96%
ALL Intermodal	90.320.767	76.472.803	-	-	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
ALL Malha Oeste	459.057.998	459.057.998	19.402.076	19.402.076	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
ALL Malha Sul	119.732.540.853	119.732.540.853	182.160.427.321	182.160.427.321	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
ALL Overseas	12.000	12.000	-	-	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
ALL Participacoes	11.878.448	11.878.448	-	-	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
ALL Rail Tec	420.750	420.750	-	-	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
ALL SISA	10.200	10.200	-	-	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
ALL Rail Management (ex-BLLSPE)	10.001	10.001	-	-	50,01%	50,01%	50,01%	50,01%
Boswells	3.265.000	3.265.000	-	-	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Santa Fe Vagoes	17.600.000	17.600.000	17.600.000	17.600.000	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
ALL Centro-Oeste	499.999	499.999	-	-	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
ALL Servicos (ex-ALL Tecnologia)	99.999	99.999	-	-	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
ALL Equipamentos	25.244.748	25.244.748	-	-	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
ALL Malha Paulista	1.616.472.395	702.275.954	2.989.050.282	1.298.592.011	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
ALL Malha Norte	690.110.714	690.110.714	11.665.403	10.477.819	99,18%	98,06%	99,90%	90,00%
Brado Holding	500	500	-	-	100,00%	90,00%	100,00%	90,00%
Track Logistica	1.000	1.000	-	-	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

# ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

						Controladora			
		Controladas / coligadas		Equivalência patrimonial		Valor dos investimentos		Ágio	
		Patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
								Recebidos	
<b>Controladas Diretas</b>									
ALL Argentina	(i)	7.438	(15.061)	(13.699)	(6.935)	17.028	31.919	-	-
ALL Centro-Oeste		-	-	-	(247)	-	206	-	-
ALL Equipamentos		24.952	(292)	(292)	20.318	24.950	25.242	-	-
ALL Intermodal		163.047	(24.849)	(24.849)	(5.944)	163.047	138.793	-	-
ALL Malha Norte	(ii)	1.135.910	350.388	345.711	334.478	1.128.188	761.621	2.010.282	2.032.965
ALL Malha Oeste		71.430	(38.165)	(38.165)	(16.176)	71.430	100.429	111.334	117.842
ALL Malha Paulista		314.284	101.591	101.591	85.963	314.284	107.995	330.433	344.979
ALL Malha Sul		340.408	(99.415)	(99.415)	(96.064)	340.408	296.074	-	-
ALL Overseas		3.989	(828)	(828)	-	3.989	4.817	-	-
ALL Rail Management		20	132	66	187	10	10	-	-
ALL Serviços		100	10.268	10.266	3.824	100	100	-	-
ALL Sisa		6	(1)	-	-	3	3	-	-
Boswells		12.263	536	536	(693)	12.263	11.728	-	-
Brado Holding		82.380	40.640	40.640	-	82.380	-	-	-
Rail Tec		-	-	-	(15)	-	320	-	-
Santa Fé Vagões		9.717	(2.696)	(2.696)	(4.147)	9.717	12.412	200	250
				<u>318.866</u>	<u>314.549</u>	<u>2.167.797</u>	<u>1.491.669</u>	<u>2.452.249</u>	<u>2.496.036</u>
									<u>11.128</u>

A Controladora registra o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), no subgrupo de Investimentos e no balanço consolidado no subgrupo do Ativo Intangível, conforme destacado na nota explicativa 13.

- (i) A ALL Argentina possui registrado em seu Patrimônio Líquido um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 113.522 (R\$ 109.200 em 31 de dezembro de 2010) efetuado pela ALL Holding, que reconhece o AFAC integralmente em seu investimento até que seja integralizado.
- (ii) A ALL Malha Norte possui registrado em seu Patrimônio Líquido um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 194.153, efetuado pela ALL Holding, que reconhece o AFAC integralmente em seu investimento até que seja integralizado.

## b) Controladas com patrimônio líquido negativo

Relativamente àquelas controladas que apresentam patrimônio líquido negativo, foi constituída a respectiva provisão, a qual está sendo apresentada no grupo de passivo não circulante no balanço patrimonial, e foi computada da seguinte forma:

Controladas			Controladora				
			Movimentação da provisão para		Provisão para		
			Passivo a descoberto no exercício		Passivo a descoberto		Dividendos
			31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	Recebidos
<b>Controladas diretas</b>							
ALL Participações	(9.569)	(1.361)	(1.360)	(687)	9.569	7.661	-
ALL Centro Oeste	-	(290)	(290)	-	-	-	-
ALL Rail Tec	(212)	(839)	(427)	-	108	-	162
			<u>(2.077)</u>	<u>(687)</u>	<u>9.677</u>	<u>7.661</u>	<u>162</u>

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**Investimentos no balanço consolidado**

Avaliados pela equivalência patrimonial	Valor contábil dos investimentos	
	31/12/11	31/12/10
Rhall Terminais	2.255	1.994
TGG	7.631	5.489
	<u>9.886</u>	<u>7.483</u>

**13. Intangível – consolidado**

		31/12/11			31/12/10	% Taxas médias anuais de amortização
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Ágio na aquisição de investimentos						
ALL Malha Argentina	(ii)	-	-	-	14.800	6,81%
ALL Malha Oeste	(i)	125.277	(13.942)	111.335	117.842	3,54%
ALL Malha Paulista	(i)	350.904	(20.471)	330.433	344.979	1,96%
ALL Malha Norte	(i)	2.055.057	(44.776)	2.010.281	2.032.965	0,53%
Santa Fé	(i)	462	(262)	200	250	10,00%
		2.531.700	(79.451)	2.452.249	2.510.836	
Direito de outorga - Contratos concessões (iii)						
ALL Malha Oeste		3.118	(1.623)	1.495	1.598	3,33%
ALL Malha Paulista		7.891	(3.432)	4.459	4.721	3,33%
ALL Malha Sul		10.830	(5.385)	5.445	5.805	3,33%
		21.839	(10.440)	11.399	12.124	
Outros		95.234	(40.907)	54.327	12.140	13,23%
		2.648.773	(130.798)	2.517.975	2.535.100	

O ágio registrado no investimento da controladora está classificado no intangível no consolidado.

- (i) O ágio na aquisição de investimentos é fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado pela curva de realização considerando o prazo das concessões.
- (ii) Na ALL Argentina o ágio foi fundamentado em rentabilidade futura quando da aquisição das ações da ALL Central e ALL Mesopotâmica, em 26 de maio de 1999, sendo amortizado linearmente pelo prazo de concessão até dezembro de 2010. Em 30 de junho de 2011, a Administração reviu suas estimativas de recuperação do ágio e baixou o saldo para o resultado.
- (iii) Refere-se ao direito de outorga dos contratos de concessões das controladas ALL Malha Oeste, ALL Malha Paulista e ALL Malha Sul, amortizado pelo prazo do contrato.

	Saldo em 31/12/10			Movimentação em 2011			Saldo em 31/12/11		
	Custo Bruto	Amortização acumulada	Líquido	Movimentações que não afetam Caixa	Baixas	Amortização	Custo Bruto	Amortização acumulada	Líquido
Ágio na aquisição de investimentos	2.546.500	(35.664)	2.510.836	-	(14.800)	(43.787)	2.531.700	(79.451)	2.452.249
Direito de outorga - Contratos concessões	21.839	(9.715)	12.124	-	-	(725)	21.839	(10.440)	11.399
Outros	32.135	(19.995)	12.140	63.111	(12)	(20.912)	95.234	(40.907)	54.327
	<u>2.600.474</u>	<u>(65.374)</u>	<u>2.535.100</u>	<u>63.111</u>	<u>(14.812)</u>	<u>(65.424)</u>	<u>2.648.773</u>	<u>(130.798)</u>	<u>2.517.975</u>

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### **Teste de perda no valor recuperável do ágio**

O ágio pago em combinações de negócios foi alocado a dois grupos de Unidades Geradoras de Caixa (UGC), para fins de teste anual de perda no valor recuperável, como a seguir demonstrado:

#### **Malha Norte**

O valor recuperável da Malha Norte foi determinado em dezembro de 2011, por meio de cálculo do valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta administração para o período de cinco anos extrapolados por igual período. A taxa de desconto antes dos impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 12,2% e os fluxos de caixa que excedem o período de 10 anos são perpetuados utilizando uma taxa de crescimento de 1,0%, que a Companhia considera conservadora em relação ao crescimento projetado para o Brasil. Como resultado dessa análise, a Administração não identificou necessidade de provisão para perda no valor recuperável para esse grupo de UGC, ao qual está alocado um ágio de R\$ 2.452.050 (R\$ 2.495.787 em 31 de dezembro de 2010).

### **Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso**

O cálculo do valor em uso para a Malha Norte é mais sensível às seguintes premissas:

#### *Margens operacionais*

As margens operacionais são baseadas nos valores médios obtidos nos três exercícios que antecedem o início do período orçamentário. Essas margens variam ao longo do tempo da projeção, conforme os projetos planejados pela empresa são implementados e se desenvolvem. No longo prazo a margem operacional projetada está em torno de 35% da Receita Líquida.

#### *Taxas de descontos*

As taxas de descontos refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos à unidade geradora de caixa. A taxa de desconto foi estimada com base no custo médio ponderado de capital para o segmento, e equivale a 12,2% a.a.. Outrossim, essa taxa foi ajustada para refletir a avaliação de mercado de qualquer risco específico à unidade geradora de caixa.

#### *Estimativas de taxas de crescimento*

As taxas são baseadas nas expectativas da administração para os próximos anos. A taxa de longo prazo utilizada para extrapolar o orçamento vem sendo ajustada por qualquer elemento adicional identificado pela administração.

### **Sensibilidade a mudanças nas premissas**

No que se refere à avaliação do valor em uso a administração acredita que nenhuma mudança razoavelmente possível em qualquer uma das principais premissas acima mencionada levaria o valor contábil da unidade a exceder significativamente seu montante recuperável.

#### **Malha Argentina**

Em dezembro de 2010, a Companhia avaliou o valor recuperável da Malha Argentina através de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções futuras de fluxo de caixa em dólares americanos considerando orçamentos financeiros aprovados pela alta administração, cobrindo um período de cinco anos extrapolados por igual período. A taxa de desconto antes dos impostos, aplicada às projeções do fluxo de caixa, foi de 11,89% a.a. (em USD).

Em 30 de junho de 2011, a Administração reviu suas estimativas de recuperação do ágio na ALL Argentina, e o saldo remanescente nesta data, no montante de R\$ 12.883, foi baixado contra o resultado do período.

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**14. Imobilizado – consolidado**

	31/12/11			31/12/10	% Taxas
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	médias anuais de depreciação
<b>Benfeitorias em bens de terceiros</b>					
Locomotivas	1.131.281	(330.795)	800.486	647.882	4,00%
Vagões	684.528	(185.112)	499.416	406.792	3,33%
Via permanente	2.141.571	(390.906)	1.750.665	1.430.494	4,42%
Outros	261.421	(91.317)	170.104	146.240	5,34%
	4.218.801	(998.130)	3.220.671	2.631.408	
<b>Imobilizado próprio em operação</b>					
Locomotivas	579.567	(145.015)	434.552	440.000	4,00%
Vagões	378.580	(103.861)	274.719	251.736	3,33%
Via permanente	1.016.450	(143.917)	872.533	884.057	1,48%
Almoxarifado de bens de uso	50.264	-	50.264	99.569	
Terrenos	45.704	-	45.704	31.206	
Edificações	75.453	(27.349)	48.104	38.868	5,20%
Móveis e utensílios	15.605	(11.958)	3.647	3.300	10,00%
Veículos rodoviários	71.835	(8.451)	63.384	18.326	14,54%
Equipamentos de processamento de dados	94.365	(65.463)	28.902	30.447	19,71%
Equipamentos de telecomunicação e sinalização	59.605	(37.938)	21.667	15.021	9,70%
Equipamentos para manutenção de via permanente e transporte ferroviário	101.111	(53.192)	47.919	71.547	9,94%
Máquinas e equipamentos	26.599	(9.082)	17.517	73	10,00%
Outros	180.398	(72.030)	108.368	80.433	10,00%
	2.695.536	(678.256)	2.017.280	1.964.583	
<b>Arrendamento mercantil</b>					
Locomotivas	271.134	(72.891)	198.243	204.018	9,80%
Vagões	1.030.667	(247.125)	783.542	569.900	10,21%
Caminhões	-	-	-	1.798	21,43%
Obras civis	19.503	(4.867)	14.636	16.317	9,09%
Equipamentos	17.290	(4.703)	12.587	14.316	10,00%
	1.338.594	(329.586)	1.009.008	806.349	
<b>Imobilizações em andamento</b>					
Locomotivas	53.264	-	53.264	145.225	
Vagões	68.624	-	68.624	134.072	
Via permanente	843.912	-	843.912	191.802	
Veículos rodoviários	-	-	-	51	
Obras civis	29.110	-	29.110	-	
Outros	20.012	-	20.012	138.465	
	1.014.922	-	1.014.922	609.615	
	9.267.853	(2.005.972)	7.261.881	6.011.955	

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**Síntese da Movimentação do Ativo Imobilizado:**

Classes do imobilizado	Saldos em 31/12/10			Movimentação em 2011					Saldos em 31/12/11		
	Custo bruto	Depreciação acumulada	Líquido	Aquisições	Movimentações que não afetam caixa	Baixas	Transferências	Depreciação líquida	Custo acumulado	Depreciação acumulada	Líquido
Locomotivas	1.522.582	(434.700)	1.087.882	-	20.722	-	167.544	(41.110)	1.710.848	(475.810)	1.235.038
Vagões	926.268	(267.740)	658.528	-	20.484	-	116.356	(21.233)	1.063.108	(288.973)	774.135
Via permanente	2.751.124	(436.573)	2.314.551	-	4.896	(7.873)	409.874	(98.250)	3.158.021	(534.823)	2.623.198
Arrendamento mercantil	1.094.410	(288.061)	806.349	-	244.184	-	-	(41.525)	1.338.594	(329.586)	1.009.008
Imobilizações em andamento	609.615	-	609.615	921.782	179.361	-	(695.836)	-	1.014.922	-	1.014.922
Outros	830.795	(295.765)	535.030	43.065	120.120	(13.682)	2.062	(81.015)	982.360	(376.780)	605.580
<b>TOTAL</b>	<b>7.734.794</b>	<b>(1.722.839)</b>	<b>6.011.955</b>	<b>964.847</b>	<b>589.767</b>	<b>(21.555)</b>	<b>-</b>	<b>(283.133)</b>	<b>9.267.853</b>	<b>(2.005.972)</b>	<b>7.261.881</b>

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2011, foram capitalizadas, às contas de imobilizações em andamento, R\$ 134.879 (R\$ 52.449 em 31 de dezembro de 2010) relativamente a encargos financeiros gerados por empréstimos que financiaram tais imobilizações. Esta transação não afeta o fluxo de caixa. O custo financeiro da capitalização de juros sobre o imobilizado elegível foi de 115,9% do CDI a.a.

**Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção**

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 1.338.888 (em 31 de dezembro 2010 R\$ 1.094.410). Houve adições ao imobilizado durante o período no valor de R\$ 423.545 (em 31 de dezembro 2010 R\$ 202.255) de itens sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro e ativos em construção decorrentes de contratos de longo prazo, as quais não afetaram o caixa.

Conforme detalhado na nota explicativa 17.1, os arrendamentos mercantis financeiros estão classificados no imobilizado e são depreciados de forma consistente com os critérios aplicáveis aos demais ativos imobilizados.

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**15. Empréstimos e financiamentos**

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Taxa efetiva</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
<b>Controladora</b>					
<b>Em moeda nacional</b>					
Bancos Comerciais	107% do CDI	12,84%	Julho de 2015	210.524	209.416
			Trimestrais/Mensais Até		
Investimentos BNDES	TJLP+1,8%	7,80%	junho de 2017	53.195	62.872
<b>Em moeda nacional</b>					
Operações de "swap"				(10.260)	(6.782)
<b>Total controladora</b>				<b>253.459</b>	<b>265.506</b>
<b>Controladas</b>					
<b>Em moeda nacional</b>					
<b>ALL Malha Sul</b>				<b>1.581.859</b>	<b>1.477.480</b>
CCB	CDI + 1,25%	13,58%	Setembro de 2015	330.545	329.173
	CDI + 1,23%	13,56%	Outubro de 2014	120.496	106.488
			Trimestrais		
BNDES (Investimentos)	TJLP + 1,4%	7,40%	Até julho de 2022	407.835	272.127
			Trimestrais/mensais		
	TJLP + 2,5%	8,50%	Até junho de 2017	230.460	257.077
			Trimestrais/mensais		
BNDES (FINAME)	TJLP + 1,5%	7,50%	Até junho de 2022	7.351	8.051
			Trimestrais/mensais		
	TJLP + 1,8%	7,80%	Até junho de 2017	116.775	138.007
	TJLP + 3,75%	9,75%	Janeiro de 2017	1.014	1.213
NCC	105,9% do CDI	12,90%	Julho de 2015	45.170	56.260
	107,0% do CDI	13,03%	Março de 2013	205.375	204.683
NCE	11,77% Pré BRL	11,77%	Junho de 2013	82.678	73.920
NCE	12,07% Pré BRL	12,07%	Outubro de 2012	34.160	30.481
<b>ALL Intermodal</b>					
Investimentos BNDES				-	15.145
FINAME			Trimestrais/mensais		
	TJLP + 2,70%	8,70%	Até março de 2016	-	15.145
<b>Ritmo Logística</b>					
Investimentos BNDES				1.254	-
FINAME					
	12,70% / URTJLP	7,80%	Mensais até março de 2016	1.254	-
<b>ALL Malha Paulista</b>					
				<b>350.382</b>	<b>304.377</b>
Investimentos BNDES			Trimestrais/mensais		
	TJLP + 1,4% a.a.	7,40%	até junho de 2022	250.953	172.129
			Trimestrais/mensais		
CG	TJLP + 1,5%	7,50%	Até Outubro de 2022	4.620	4.961
			Trimestrais/mensais		
	TJLP + 2,5%	8,50%	Até Outubro de 2017	94.809	107.024
	IGP-M	IGP-M	Janeiro de 2023	-	20.263



**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**Continuação**

<b>ALL Malha Norte</b>	<b>Encargos anuais</b>	<b>Taxa efetiva</b>	<b>Vencimento</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
				<b>813.751</b>	<b>831.964</b>
Investimentos BNDES	TJLP + 1,5% a.a.	7,50%	Trimestrais/mensais até Setembro de 2016	352.286	460.775
	TJLP + 3%	9,00%	Trimestrais/mensais até Janeiro de 2016	128.554	160.037
	TJLP + 2,71%	8,71%	Trimestrais/mensais Setembro de 2029	251.541	162.474
	TJLP + 1,4%	7,40%	Trimestrais/mensais Junho de 2022	81.370	46.672
	CDI + 1,5%	12,30%	Trimestrais/mensais Março de 2011	-	2.006
<b>ALL Malha Oeste</b>					
Investimentos BNDES			Trimestrais/mensais	<b>66.217</b>	<b>52.388</b>
	TJLP + 1,4%	7,40%	Até Junho de 2022	66.217	52.388
<b>Terminal XXXIX</b>				<b>7</b>	<b>1.272</b>
Investimentos - BNDES	TJLP + 6%	12,00%	Trimestrais/Anuais Até janeiro 2012	7	1.272
<b>Brado Holding</b>				<b>51.085</b>	<b>-</b>
Bancos Comerciais	107% do CDI	12,84%	Julho de 2021	31.563	-
Investimentos BNDES	TJLP+1,8%	7,80%	Trimestrais/Mensais Até junho de 2017	19.522	-
				<b>2.864.555</b>	<b>2.682.626</b>
<b>Em moeda estrangeira (com variação cambial atrelada ao US\$, com Swap para CDI)</b>					
<b>ALL Malha Sul</b>					
Operações de swap				-	605
<b>ALL Malha Norte</b>					
Operações de swap				(1.844)	7.537
<b>ALL Malha Paulista</b>					
Operações de swap				75	386
				<b>(1.769)</b>	<b>8.528</b>
<b>Em moeda nacional</b>					
<b>ALL Malha Sul</b>					
Operações de swap				12.640	6.638
<b>ALL Malha Oeste</b>					
Operações de swap				(1.421)	-
				<b>11.219</b>	<b>6.638</b>

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**Continuação**

**Em moeda estrangeira (com variação cambial atrelada ao Peso Argentino - P\$)**

	<b>Encargos anuais</b>	<b>Taxa efetiva</b>	<b>Vencimento</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
<b>ALL Argentina</b>				<b>81.284</b>	<b>75.752</b>
Bancos Comerciais	16,50%	16,80%	Janeiro de 2012	9.748	1.394
Hipotecário	Dólar - 6,3%	Dólar -	Outubro de 2011	-	5.017
Itaú Buenos Aires	15,80%	15,80%	Janeiro de 2012	-	29.632
Patagonia	17,00%	17,00%	Julho de 2012	7.004	6.372
Santander	23,50%	23,50%	Dezembro de 2012	13.248	12.708
Citibank	15,25%	15,25%	Janeiro de 2012	30.025	15.518
Citibank	17,25%	17,25%	Agosto de 2012	3.589	-
Citibank	16,65%	16,65%	Junho de 2012	2.195	-
HSBC	16,00%	16,00%	Janeiro de 2012	15.475	5.111
<b>Total das controladas</b>				<b>2.955.289</b>	<b>2.773.544</b>
<b>Total consolidado</b>				<b>3.208.748</b>	<b>3.039.050</b>
Parcela no circulante				457.534	385.523
Parcela no exigível a longo prazo				2.751.214	2.653.527

Composição por ano de vencimento da parcela exigível a longo prazo:

<b><u>Holding - Consolidado</u></b>	
	<b><u>31/12/11</u></b>
2013	782.766
2014	659.147
2015	434.757
2016	216.895
partir de 2017	657.649
<b>Total</b>	<b>2.751.214</b>

## Abreviaturas:

BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDI	- Certificado de Depósito Interfinanceiro
FINAME	- Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais
TJLP	- Taxa de Juros de Longo Prazo
CCB	- Cédula de Crédito Bancário
NCC	- Nota de Crédito Comercial
CG	- Capital de Giro
IGP-M	- Índice Geral de Preços-Mercado

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão apresentados pelo seu valor líquido, ou seja, reconhecidas as despesas iniciais das transações.

Em garantia dos empréstimos, financiamentos foram entregues notas promissórias, nos mesmos montantes e condições do total financiado, salvo para financiamentos de locomotivas, vagões e caminhões, nos quais os mesmos são dados em garantia.

Os contratos de financiamento com o BNDES, destinados a investimentos, são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo entre 1,0% e 2,0% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução.

## ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Quando a Companhia toma financiamentos em moeda estrangeira, há contratação de "swap" para a proteção cambial do real frente ao dólar.

Alguns contratos possuem cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelecem limites financeiros a companhia. Estes limites são apurados trimestralmente na data da publicação das Informações Trimestrais utilizando os resultados consolidados e estão sendo atendidos.

A *covenant* Dívida Líquida sobre EBITDA é calculada com base no endividamento líquido consolidado (empréstimos, financiamentos e debêntures deduzidos das disponibilidades), dividido pelo EBITDA consolidado acumulado nos últimos 4 trimestres. Os valores abaixo são os limites máximos da *covenant* para o período:

Exercício	2011	2012	2013	2014	2015
Dívida líquida consolidada/EBITDA consolidado	3,0	3,0	2,5	2,5	2,5

A *covenant* EBITDA sobre Resultado Financeiro é calculada com base no EBITDA consolidado acumulado dos últimos 4 trimestres, dividido pelo Resultado Financeiro Consolidado. Para fins de apuração do resultado financeiro nesta *covenant*, são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos, operações de *hedge* e variação cambial da sua controlada no exterior “ALL Argentina”. Os valores abaixo são os limites mínimos da *covenant* para o período:

Exercício	2011	2012	2013	2014	2015
EBITDA/Resultado financeiro consolidado	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00

### Cláusulas restritivas e penalidades dos contratos de empréstimos:

Os contratos de empréstimos estão diretamente vinculados aos limites financeiros determinados, pois afetam a dívida líquida e o resultado financeiro, que são itens pertencentes às *covenants*.

Conforme podemos observar na tabela abaixo as cláusulas restritivas vem sendo atendidas pela Companhia.

	4T10	1T11	2T11	3T11	4T11
Dívida líquida / EBITDA	2,09	2,29	2,26	2,32	2,36
EBITDA/Resultado financeiro	3,22	3,10	3,01	3,01	3,20

O desrespeito dos limites financeiros é considerado evento de antecipação do vencimento das Debêntures, independente de prévio aviso, interpelação ou notificação judicial.

## 16. Debêntures - consolidado

As emissões de debêntures da controladora e suas controladas apresentam os seguintes saldos:

# ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

						31/12/11	31/12/10		
Série	Data	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	Taxa efetiva	Passivo circulante	Exigível longo prazo	Passivo circulante	Exigível longo prazo
Controladora									
5ª emissão	01/09/05	199.050	01/09/14	CDI + 2,40%	14,32%	15.438	51.702	7.333	198.501
6ª emissão	01/07/06	550.570	01/07/14	CDI + 2,40%	14,32%	79.750	132.036	171.145	406.810
7ª emissão - (i)	17/11/09	5	02/10/12	IPCA + 3%	9,70%	6	-	-	6
8ª emissão - 1ª (ii)	15/04/11	539.160	15/04/16	CDI + 1,65%	13,49%	13.034	536.621	-	-
8ª emissão - 2ª (ii)	15/04/11	270.840	15/04/18	IPCA + 8,4%	15,45%	16.196	279.512	-	-
9ª emissão - 1ª (iii)	22/08/11	145.769	15/07/16	CDI + 1,65%	13,49%	6.833	142.918	-	-
9ª emissão - 2ª (iii)	22/08/11	219.150	15/07/16	CDI + 1,65%	13,49%	8.877	215.008	-	-
						140.134	1.357.797	178.478	605.317
Controladas Diretas									
ALL Malha Sul									
3ª emissão	08/09/08	166.666	31/07/18	108% CDI	12,63%	22.551	159.134	16.420	158.571
						22.551	159.134	16.420	158.571
ALL Malha Norte									
1ª emissão	01/07/97	100.000	30/06/16	TJLP + 1,5%	7,50%	45.739	186.737	34.221	224.085
2ª emissão	10/04/00	60.000	01/05/15	TJLP + 4%	10,00%	11.900	35.701	10.781	43.121
3ª emissão	14/01/02	40.000	01/05/15	TJLP + 4%	10,00%	7.629	22.887	6.911	27.644
6ª emissão	08/09/08	166.666	31/07/18	108% do CDI	12,63%	7.914	163.523	7.192	162.960
Debêntures	01/07/97	100.000	30/06/16	% RL		-	89.906	-	80.961
						73.182	498.754	59.105	538.771
ALL Malha Paulista									
1ª emissão	10/09/08	166.666	31/07/18	108% do CDI	12,63%	7.914	163.523	7.192	162.960
						7.914	163.523	7.192	162.960
Consolidado						243.781	2.179.208	261.195	1.465.619

- (i) Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 02 de outubro de 2009, os acionistas da Companhia aprovaram a 7ª emissão privada de 10.750.000 debêntures subordinadas, conversíveis em ações no valor de até R\$ 1.300.750 na data de emissão, sendo certo que poderia haver colocação parcial das debêntures, caso o montante subscrito e integralizado atingisse, ao menos R\$ 350.000, conforme os termos e condições constantes da Ata da Assembléia Geral Extraordinária.

Conforme Fato Relevante divulgado em 17 de novembro de 2009, houve a subscrição e integralização de 10.682.093 debêntures, com a captação de R\$ 1.292.533.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 17 de novembro de 2009, os conselheiros homologaram aumentar o capital social da Companhia no valor de R\$ 1.292.528, mediante a conversão em ações de 10.682.050 debêntures relativas à 7ª emissão. Desta operação, 43 debêntures não foram convertidas em ações e permanecem registradas no passivo.

- (ii) Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 02 de março de 2011 e em 15 de março de 2011, foi aprovada a 8ª emissão pública de 60.000 debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações da espécie quirografárias da Cia, podendo ser aumentado em até 35% no caso de excesso de demanda, chegando a 81.000 debêntures no valor unitário de R\$ 10. A emissão seguiu conforme lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, a Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 400 e observado o processo simplificado para registro de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários previsto na Instrução CVM 471, de 8 de agosto de 2008 e no Convênio CVM – AMBIMA.

Conforme prospecto divulgado em 29 de abril de 2011, foram emitidas 81.000 debêntures, sendo 53.916 da primeira série e 27.084 da segunda série, com captação total de R\$ 810.000.

- (iii) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2011, foi aprovada a 9ª emissão de debêntures da Companhia, na qual foram emitidas 41.432 debêntures simples em 2 séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, não conversíveis em ações no valor total de R\$

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

359.676.286,88, as quais foram emitidas única e exclusivamente para o fim de possibilitar a troca das debêntures da 5ª emissão e da 6ª emissão.

A 1ª série teve 13.376 debêntures destinadas aos debenturistas da 5ª emissão, o valor unitário foi de R\$ 10.741,24 com ágio de 2,16% sobre a quantidade de debêntures de cada debenturista da 5ª emissão.

A 2ª série teve 28.056 debêntures destinadas aos debenturistas da 6ª emissão, o valor unitário foi de R\$ 7.698,94 com ágio de 2,09% sobre a quantidade de debêntures de cada debenturista da 6ª emissão. A emissão foi feita de acordo com a lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações subsequentes, e Instrução CVM 476 de 16 de janeiro de 2009.

### **Cláusulas de repactuação, restritivas e garantias:**

Não há repactuação programada para nenhuma das emissões.

As emissões têm entre suas cláusulas restritivas o cumprimento dos limites financeiros detalhados na nota explicativa 15 “Empréstimos e financiamentos” e que estão vinculados aos resultados consolidados da Companhia. O não cumprimento destes limites causa, automaticamente, vencimento antecipado.

Algumas emissões da Companhia e suas subsidiárias contam com garantia fidejussória, as quais podem ser observada na nota explicativa 20 “Transações com partes Relacionadas”.

## **17. Arrendamento mercantil – consolidado**

### **17.1 Arrendamento mercantil financeiro**

A Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguel, principalmente de vagões e locomotivas que, no julgamento da Administração, se enquadram como arrendamento financeiro.

A Companhia e suas controladas incorporaram ao ativo imobilizado os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da entidade, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, os riscos e o controle desses bens, independente da propriedade dos mesmos.

Os encargos financeiros incorridos no período foram contabilizados como despesa financeira. Não houve custos iniciais diretos a serem capitalizados, bem como pagamentos contingentes e subarrendamentos relacionados aos respectivos contratos.

Os saldos das obrigações relativas aos contratos de arrendamentos mercantis são:

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

<b>Bens</b>	<b>31/12/11</b>		<b>31/12/10</b>	
	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>
<b>ALL Malha Sul</b>				
Vagões	67.358	230.619	67.358	336.980
<b>ALL Malha Norte</b>				
Materiais rodantes	72.584	511.753	72.584	414.899
<b>ALL Malha Paulista</b>				
Materiais rodantes	95.141	289.189	99.412	104.868
<b>Brado Logística</b>				
Reach Stacker/Equip. Informática	776	906	-	-
	<u>235.859</u>	<u>1.032.467</u>	<u>239.354</u>	<u>856.747</u>

Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

<b>Bens</b>	<b>Total dos futuros pagamentos</b>		
	<b>Até 1</b>	<b>De 1 a 5</b>	<b>Acima de 5</b>
<b>ALL Malha Sul</b>			
Vagões	81.741	302.485	20.162
<b>ALL Malha Norte</b>			
Materiais rodantes	106.866	546.946	239.014
<b>ALL Malha Paulista</b>			
Materiais rodantes	72.066	330.601	22.804
<b>Brado Logística</b>			
Reach Stacker/Equip. Informática	451	1.965	-
	<u>261.124</u>	<u>1.181.997</u>	<u>281.980</u>

<b>Bens</b>	<b>Valor presente dos pagamentos</b>		
	<b>Até 1</b>	<b>De 1 a 5</b>	<b>Acima de 5</b>
<b>ALL Malha Sul</b>			
Vagões	77.122	219.003	9.546
<b>ALL Malha Norte</b>			
Materiais rodantes	100.852	375.022	108.798
<b>ALL Malha Paulista</b>			
Materiais rodantes	67.911	238.413	10.579
<b>Brado Logística</b>			
Reach Stacker/Equip. Informática	771	711	-
	<u>246.656</u>	<u>833.149</u>	<u>128.923</u>

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último arrendamento em julho de 2021. Os valores são atualizados anualmente por IGPM acrescido da variação da TJLP. Para trazer os pagamentos à valor presente foi considerada uma taxa CDI média de 12,5%.

**17.2 Arrendamento mercantil operacional**

Os pagamentos das prestações dos arrendamentos mercantis operacionais (aluguéis) são reconhecidos como despesas em base linear correspondente ao prazo de vigência dos seus respectivos contratos. São contratos de aluguéis de veículos, sistemas aplicativos (*softwares*), vagões e imóveis. A Companhia e suas controladas não têm nenhum pagamento contingente ou subarrendamentos dos contratos firmados.

		<b>Total dos pagamentos mínimos futuros</b>		
<b>Bens</b>		<b>Até 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>
Veículos	(i)	876	-	-
Sistemas aplicativos	(ii)	3.303	-	-
Imóveis	(iii)	645	-	-
		<u>4.824</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

- (i) Contratos de aluguéis de veículos, tem vigência de 2 anos (início em 01/04/2010) e poderão ser renovados por igual período de acordo com os interesses das partes. Os preços são reajustados anualmente pela variação do IGP-M, a partir de Abril de 2011.
- (ii) Contratos de uso dos sistemas aplicativos têm vigência por período indeterminado, podendo ser renovado anualmente com correção anual.
- (iii) Os contratos com imóveis são por período anual. Os preços são reajustados anualmente pela variação do IGP-M.

**18. Arrendamentos e concessões - consolidado**

A Companhia e suas controladas registram suas obrigações relacionadas aos contratos de Arrendamento, linearmente de acordo com os prazos dos mesmos. Os valores no longo prazo referem-se a valores não pagos em decorrência de discussões quanto às condições dos contratos e/ou parcelas apropriadas durante o período de carência dos mesmos.

O saldo a pagar de concessões equivale ao valor corrigido das outorgas, líquido dos pagamentos efetuados até a data do balanço.

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/11		31/12/10	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
<b>Arrendamento</b>				
ALL Malha Sul	12.616	33.927	12.105	36.237
ALL Argentina	10.768	-	14.972	-
ALL Malha Paulista	-	642.152	-	549.415
ALL Malha Oeste	-	512.306	-	435.403
<b>Concessão</b>				
ALL Malha Sul	3.237	19.802	3.954	18.965
ALL Malha Paulista	-	52.007	2.806	44.123
ALL Malha Oeste	-	36.247	1.445	30.666
	<u>26.621</u>	<u>1.296.441</u>	<u>35.282</u>	<u>1.114.809</u>

As condições dos contratos de arrendamento e concessão são:

	Contratos de arrendamento e concessão						
	Prazo em anos	Valor do contrato	Valor pago á vista	Saldo	Parcelas trimestrais	Início do pagamento	Índice de atualização
<b>Arrendamentos</b>							
ALL Malha Oeste	30	56.440	4.969	51.471	112	15/1/1998	IGP-DI + Juros 12% a.a.
ALL Malha Paulista	30	230.160	52.793	177.367	112	15/12/2000	IGP-DI + Juros 12% a.a.
ALL Malha Sul	30	202.112	82.032	120.080	112	15/1/1999	IGP-DI + Juros 12% a.a.
<b>Concessões</b>							
ALL Malha Oeste	30	3.118	409	2.709	112	15/1/1998	IGP-DI + Juros 12% a.a.
ALL Malha Paulista	30	12.252	2.917	9.335	112	15/12/2000	IGP-DI + Juros 12% a.a.
ALL Malha Sul	30	10.830	4.510	6.320	112	15/1/1999	IGP-DI + Juros 12% a.a.

**ALL Malha Sul** - As parcelas de arrendamento da controlada ALL Malha Sul são apropriadas linearmente no passivo e resultado, pelo prazo do respectivo contrato, acrescidas de variação do IGP-DI e juros às taxas pactuadas. As parcelas referentes ao período de carência (1997 a 1999) estão sendo pagas de forma corrigida durante o período restante de concessão.

**ALL Malha Paulista** - Em 29 de agosto de 2005, foi realizada cisão parcial entre ALL Malha Paulista e Ferrovia Centro Atlântica S.A. (FCA), sendo que a mesma passou a se responsabilizar por 35,6% dos valores totais de concessão e arrendamento.

Em 2005, a controlada ALL Malha Paulista suspendeu o pagamento dos valores relativos ao contrato de arrendamento a RFFSA - em liquidação, amparada judicialmente por decisão liminar para efetuar depósitos judiciais em nome da União. Mediante autorização judicial obtida em 2007, estes depósitos judiciais foram levantados e a Companhia tem contratado fianças bancárias para garantir o pagamento das parcelas. Para mais detalhes, vide nota explicativa 19.

Considerando que a ALL Malha Norte depende das linhas da ALL Malha Paulista para a continuidade de suas operações de transporte, iniciadas nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e finalizadas em Santos (SP), a ALL Malha Norte celebrou com a ALL Malha Paulista, em 10 de janeiro de 2006, um Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Garantia, pelo qual efetuou o depósito judicial em favor da ALL Malha Paulista, no montante de R\$ 113.191 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 111.943 em 31 de dezembro de 2010).



**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para cumprir o acordo de investimentos com os acionistas, assinado em 5 de maio de 2005, foi prevista a desincorporação das operações do trecho Bauru-Mairinque da ALL Malha Paulista, passando essa operação a ser efetuada pela ALL Malha Oeste a partir de 1º de outubro de 2005, em razão do Memorando de Entendimentos datado de 23 de setembro de 2005.

A ANTT aprovou a desincorporação das operações por meio da Resolução nº 1.010, publicada no Diário Oficial da União em 28 de julho de 2005.

**ALL Malha Norte** - Em 19 de maio de 1989, a controlada direta ALL Malha Norte firmou com a União Federal um Contrato de Concessão para o estabelecimento de um sistema de transporte ferroviário de carga, abrangendo a construção, operação, exploração e conservação de estrada de ferro entre Cuiabá (MT) e: a) Uberaba/Uberlândia (MG), b) Santa Fé do Sul (SP), c) Porto Velho (RO) e d) Santarém (PA). O prazo dessa concessão estende-se por um período de 90 anos, prorrogável por igual período e podendo ser concedido até 10 anos antes do final do prazo contratual.

O Contrato não prevê obrigações de pagamento por conta da Concessão, no entanto estabelece certas responsabilidades por parte da Companhia, tais como: a) não efetuar subconcessão, b) submeter-se à fiscalização permanente da União, c) cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes e d) cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

A extinção da concessão e a conseqüente rescisão do Contrato de Concessão, poderá ocorrer em função dos seguintes fatores: a) convenção amigável das partes, precedidas de negociações e ajustes financeiros devidos por uma à outra parte; b) término do prazo contratual; c) encampação ou resgate, por interesse público superveniente à Concessão, mediante a devida indenização; d) anulação por ilegalidade da Concessão ou do contrato; e) infrações graves e continuadas cometidas por uma das partes, que acarretem danos à qualidade e eficiência dos serviços e; f) por encampação pela União dos serviços concedidos ou pelo advento de Lei que torne o contrato, formal ou materialmente, impossível. Ocorrendo a encampação, os acionistas da companhia serão indenizados pelo justo valor do acervo vinculado à concessão, apurado à época da encampação.

**ALL Malha Oeste** - Por força de discussão judicial, essa controlada direta suspendeu o pagamento da concessão e arrendamento e as parcelas trimestrais são garantidas através de fiança bancária no seu vencimento.

**19. Depósitos restituíveis, valores vinculados e provisão para demandas judiciais – consolidado**

	Contingências					
	Depósitos judiciais		Prováveis		Possíveis e remotas	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
<b>Ações trabalhistas</b>						
No Brasil	217.335	203.049	116.632	143.202	868.236	871.067
Na Argentina	-	-	-	-	-	-
<b>Ações cíveis, regulatórias e ambientais</b>						
No Brasil	126.958	135.205	28.627	23.776	445.401	516.008
Na Argentina	-	-	8.863	5.800	-	-
<b>Ações tributárias</b>						
No Brasil	9.656	9.761	55.559	30.526	1.500.967	1.006.060
Na Argentina	-	-	-	-	-	-
	<u>353.949</u>	<u>348.015</u>	<u>209.681</u>	<u>203.304</u>	<u>2.814.605</u>	<u>2.393.135</u>

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>31/12/10</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamento</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/11</u>
Ações trabalhistas	143.202	107.832	(127.285)	(7.117)	116.632
Ações cíveis, regulatórias e ambientais	29.576	9.187	(86)	(1.187)	37.490
Ações tributárias	30.526	25.841	(234)	(574)	55.559
<b>Total</b>	<u>203.304</u>	<u>142.860</u>	<u>(127.605)</u>	<u>(8.878)</u>	<u>209.681</u>

As Companhias controladas estão envolvidas em vários processos incorridos no curso normal de seus negócios. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como “perdas prováveis”.

**a) Ações trabalhistas**

As controladas discutem diversas ações de natureza trabalhista, sendo que em 31 de dezembro de 2011 registram uma provisão de R\$ 116.632 (R\$ 143.202 em 31 de dezembro de 2010), no consolidado, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. A redução do valor provisionado em relação ao período anterior deve-se, basicamente aos acordos firmados pela Companhia.

Das ações em andamento os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais, diferenças de multas de 40% de FGTS decorrentes de expurgos fundiários, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade, adicional de transferência, diferenças de remuneração variável e outros.

**b) Ações cíveis, regulatórias e ambientais****Cíveis**

As controladas são partes em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos, ações indenizatórias em geral, tais como: abalroamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais e outras. Adotando como base a opinião de seus assessores jurídicos e o posicionamento dos tribunais, mantém registros para as perdas prováveis.

**Regulatórias**

Dentre as ações relevantes, atualmente, tanto a ALL Malha Paulista como a ALL Malha Oeste, questionam na justiça o desequilíbrio econômico financeiro dos Contratos de Arrendamento e Concessão.

Em julho de 2000, a ALL Malha Paulista ajuizou uma Ação Declaratória na 20ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro questionando o desequilíbrio econômico financeiro dos Contratos de Concessão e Arrendamento, em decorrência do elevado desembolso que a empresa possui com o pagamento de processos judiciais trabalhistas e demais custos envolvidos, que são de responsabilidade da RFFSA.

A ALL Malha Paulista requereu uma perícia para apuração de novo valor para as parcelas de arrendamento e concessão, bem como suspensão do pagamento das parcelas vencidas e vincendas até a efetiva perícia, para constatar o valor adequado. Em julho de 2005, a liminar foi deferida. Em setembro de 2005, a referida liminar foi cassada pelo Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro. O processo ainda não apresenta sentença e aguarda a conclusão da fase pericial e apresentação do respectivo laudo pericial final. O valor relativo às parcelas de arrendamento vinha sendo depositado em juízo até setembro de 2007, quando a Companhia obteve autorização judicial para substituir os depósitos judiciais por carta fiança bancária.

A ALL Malha Oeste, pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, perdido pelo cancelamento de contratos de transporte existentes no momento da desestatização. O processo tramita na 16ª

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro. O valor referente às parcelas vencidas da ALL Malha Oeste estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT), que vinham sendo registradas na rubrica de investimentos de longo prazo. Em março de 2008 a Companhia obteve autorização para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a Companhia resgatou esse investimento.

Os passivos relacionados a contratos de concessão estão registrados na conta de arrendamento e concessão, como divulgado na nota explicativa 18.

### **Ambientais**

Tais valores decorrem de autuações feitas pela CETESB (SP), IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como as medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente. A provisão para a área ambiental está contabilizada juntamente com a provisão cível das concessionárias.

### **c) Ações tributárias**

As principais discussões envolvendo a área tributária são relativas ao ICMS Exportação (incidência de ICMS no transporte de mercadorias destinadas à exportação), diferencial de alíquota do ICMS sobre transporte interestadual, PIS/COFINS sobre operações de tráfego mútuo e IRPJ/CSLL sobre operações financeiras realizadas na Áustria e Espanha.

Para ações tributárias cujas chances de perdas são consideradas possíveis ou remotas nenhuma provisão foi constituída. Para aquelas consideradas como perdas prováveis foi registrada provisão no montante de R\$ 55.559 (R\$ 30.526 em 31 de dezembro de 2010).

ICMS Exportação - A Secretaria Estadual da Fazenda de São Paulo lavrou autos de infração contra a ALL Malha Sul, cujos valores atuais montam em aproximadamente R\$ 63.785, em virtude do não recolhimento do ICMS referente à prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação e aproveitamento de créditos de ICMS supostamente não autorizados pela legislação. No segundo trimestre de 2010 foi proferida a primeira decisão favorável no Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo, para o fim de anular a exigência do ICMS incidente sobre as operações de exportação. No quarto trimestre de 2010, duas das discussões chegaram ao fim no âmbito administrativo e se iniciou a discussão judicial, com a apresentação de Embargos à Execução Fiscal precedida de oferta de carta de fiança para garantia do juízo.

O mesmo tema foi objeto de autuação na ALL Malha Oeste, no valor de aproximadamente R\$ 25.773. Todos os autos de infração se encontram em discussão administrativa no Estado de São Paulo. Cabe ressaltar que já é posicionamento consolidado nos tribunais superiores (STJ) a não incidência do ICMS no transporte de mercadorias destinadas à exportação, tendo em vista a previsão existente no art. 155 da Constituição Federal.

A ALL Malha Norte ajuizou uma Ação Anulatória de débito fiscal, tendo em consideração que a empresa foi autuada por não recolher o ICMS sobre o transporte de mercadorias destinadas ao exterior tendo como valor envolvido o montante de R\$ 14.817. No último trimestre de 2010, o Tribunal do Estado do Mato Grosso confirmou a decisão de primeiro grau que anulou o auto de infração integralmente, sendo que esta decisão transitou em julgado favoravelmente a ALL Malha Norte em dezembro de 2010. Os Desembargadores entenderam que o ICMS não é devido no transporte de mercadorias com destino à exportação mediante entrega nos portos, o que fez reduzir a contingência em R\$ 14.817.

Em junho de 2011, o Estado do Mato Grosso lavrou novo auto de infração em face da ALL Malha Norte, no valor original de R\$ 120.687, referente a operações de transporte de mercadorias destinadas à exportação, no período de 2006. A ALL Malha Norte apresentou impugnação ao novo lançamento por entender que as

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

operações estão amparadas pela não incidência do ICMS no transporte de mercadorias destinadas à exportação, prevista no art. 155 da Constituição Federal. Em agosto de 2011, a ALL Malha Norte recebeu a decisão de 1ª Instância Administrativa, a qual reduziu o valor da autuação para R\$ 29.404. A ALL Malha Norte apresentou Recurso Administrativo para a 2ª Instância de Julgamento, o qual aguarda decisão.

ICMS – sobre crédito de ativo imobilizado - Em abril de 2005, a ALL Malha Sul obteve decisão favorável no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul em relação ao auto de infração da Secretaria Estadual do Rio Grande do Sul que autuou a Companhia em decorrência do aproveitamento de crédito de ICMS sobre aquisição de bens e equipamentos destinados à recuperação e reforma do ativo imobilizado. Desta decisão, o Estado do Rio Grande do Sul interpôs Recurso Extraordinário perante o STF, que aguarda julgamento. O valor da autuação em discussão é de aproximadamente R\$ 20.017, sendo que a ALL já recolheu aos cofres públicos do Estado do Rio Grande do Sul o valor de R\$ 11.192 e suspendeu o pagamento do saldo remanescente de R\$ 8.825 em decorrência da referida decisão favorável do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, já confirmada pelos Tribunais Superiores. Ademais, a Lei Complementar nº 87/96, autorizou o aproveitamento integral do direito ao crédito na aquisição de bens destinados ao ativo permanente.

PIS/COFINS – Tráfego Mútuo – A ALL Malha Paulista foi autuada por não recolhimento de PIS e COFINS em relação às receitas de tráfego mútuo e direito de passagem e ainda permanece discutindo o valor atualizado de R\$ 52.552, no período de 1999 a 2006 (PIS e COFINS cumulativos). A empresa entende que a chance de perda é remota, uma vez que os valores em discussão já foram recolhidos, previamente, pelas concessionárias responsáveis pelo transporte na origem. As decisões proferidas até a presente data já reduziram as autuações em aproximadamente R\$ 17.000.

IRPJ/CSLL, PIS e COFINS - A ALL Malha Sul foi autuada em R\$ 620.383 pela exclusão da base de cálculo de juros sobre aplicações financeiras realizadas na Áustria e na Espanha, bem como em relação às despesas financeiras de empréstimos as quais foram considerados indedutíveis. As autoridades fiscais também emitiram autos de infração de PIS e da Cofins sobre operações de swap contratadas para garantir empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia entende que a probabilidade de perda é remota, uma vez que as aplicações financeiras foram realizadas em Países com os quais o Brasil possui Tratados prevendo a não tributação dessas operações, bem como a incidência de PIS e Cofins sobre operações de hedge foi afastada pelo Decreto nº 5442/2005. Em março de 2011, a ALL Malha Sul tomou ciência da decisão de 1ª Instância Administrativa (Delegacia da Receita Federal), a qual reduziu o valor da autuação para R\$ 335.913. A ALL Malha Sul apresentou recurso voluntário, o qual aguarda julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Federais (CARF).

IPTU - A ALL Malha Sul e a ALL Malha Paulista possuem aproximadamente R\$ 5.094 referente à incidência de IPTU nos imóveis de propriedade da União, que, em razão da concessão outorgada encontram-se em poder desta para a consecução dos serviços públicos de transporte ferroviário. Entretanto, há previsão na Constituição Federal que não há incidência de tributos sobre bens de propriedade da União Federal e a Companhia já possui diversas decisões favoráveis. No 1º trimestre foram obtidas decisões favoráveis relativamente à autuação do Município de São Vicente e também do Município de Colina, reduzindo o passivo em aproximadamente R\$ 8.500.

ISS – A Portofer possui três autos de infração, no valor de aproximadamente R\$ 3.043, que foram lavrados pelo Município de Santos que desconsiderou a figura jurídica da Portofer (sociedade de propósito específico que tem como finalidade o rateio de despesas entre as concessionárias) e autuou a empresa como prestadora de serviço municipal. A empresa considera o risco de perda remota por se tratar de tese já decidida de modo favorável pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em casos análogos referente ao Município de Guarujá, para determinar a anulação de autos de infração, uma vez que a Portofer não possui fins lucrativos, mas tão somente efetua o rateio de despesas.

IRPJ/CSLL – A ALL Intermodal foi autuada, em novembro de 2010, pela Receita Federal no montante original de R\$ 52.772 referente à IRPJ e CSLL. Estes valores foram gerados a partir da glosa de despesas decorrentes de pagamento de parcelas variáveis do contrato de arrendamento de imóveis, equipamentos,

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

máquinas e veículos que a ALL Intermodal firmou. Estas despesas foram consideradas indedutíveis e por isto foram glosadas pela Receita. A Empresa considerou o risco remoto desta autuação, visto que o contrato de arrendamento de bens era necessário, usual e normal às atividades da ALL Intermodal. O processo aguarda julgamento do Recurso Voluntário no Conselho Administrativo de Recursos Federais (CARF).

Contribuições Previdenciárias – A ALL Malha Paulista foi autuada, em junho de 2011, no valor original de R\$ 35.610, referente ao não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre verbas trabalhista de natureza indenizatória. A Companhia apresentou impugnação administrativa, sob alegação de que há previsão legal que ampara o não recolhimento das referidas verbas, dada a sua natureza e eventualidade do pagamento. Em julgamento de primeira instância a Delegacia de Recursos Fiscais de São Paulo (DRF) manteve integralmente o auto de infração. A Companhia ingressou com Recurso Voluntário contra esta decisão.

IRPJ/CSLL – ALL S.A – Auto de Infração lavrado pela Receita Federal no valor total de R\$ 327.186, referente as seguintes supostas infrações: glosa de Ágio gerado em operações baseado em rentabilidade futura, glosa de despesas financeiras e ganho de capital na alienação de participação acionária em empresas do mesmo Grupo Econômico devido ao reconhecimento parcial do valor do ágio. A ALL S.A apresentou defesa em setembro de 2011. Em julgamento em primeira instância a Delegacia de Recursos Fiscais de Curitiba (DRF), julgou parcialmente procedente a impugnação apresentada pela empresa, reduzindo o valor do auto para R\$ 272.271. A Companhia ingressou com Recurso Voluntário para converter parcialmente a referida decisão que manteve parte do crédito.

Contribuições Previdenciárias – Stock Options – Auto de infração lavrado pela Receita Federal no valor de R\$ 35.802 referente a suposto débito de contribuições previdenciárias incidentes sobre os Planos de Opção de Compra de Ações da Companhia, considerados pela Receita Federal como de natureza remuneratória. A Companhia apresentou defesa argumentando que os Planos de Opção possuem natureza puramente mercantil. A impugnação aguarda julgamento na Delegacia de Recursos Fiscais de Curitiba (DRF).

## 20. Transações com partes relacionadas

As entidades consideradas como partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa 3.

	Controladora							
	Realizável longo prazo		Passivo não circulante		Receitas		Despesas/Custos	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
<b>Controladas</b>								
ALL Argentina	78.683	43.941	5.597	5.299	-	-	-	-
ALL Armazéns Gerais	-	257	11.249	14.546	-	-	-	1.072
ALL Centro-Oeste	-	-	-	359	-	-	-	-
ALL Equipamentos	58	-	-	-	-	-	-	-
ALL Intermodal	-	-	-	4	-	-	-	-
ALL Malha Norte	11.904	-	-	5.994	14.829	-	-	-
ALL Malha Oeste	-	-	146	357	-	-	-	-
ALL Malha Paulista	-	-	-	4	50.512	16.711	-	37.703
ALL Malha Sul	-	-	12	67	-	8.893	-	-
ALL Overseas	196	175	-	-	-	-	-	-
ALL Participações	-	-	11	6	-	-	-	-
ALL Rail Tec	4.099	-	-	-	-	-	-	-
ALL Rail Management	60	-	-	-	-	-	-	-
ALL Serviços	1.097	-	-	-	-	-	960	-
Santa Fé	4.216	1.953	-	-	-	-	-	-
<b>Coligadas</b>								
PGT	-	-	77	77	-	-	-	-
Portofer	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>100.313</u>	<u>46.326</u>	<u>17.092</u>	<u>26.713</u>	<u>65.341</u>	<u>25.604</u>	<u>960</u>	<u>38.775</u>

## Termos e condições de transações entre as partes relacionadas

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As transações com partes relacionadas são todas realizadas em caráter estritamente comutativo das condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado.

As transações ocorridas com partes relacionadas à Companhia são de natureza operacional e financeira, decorrentes de aluguéis de terminais, material rodante (locomotivas e vagões), máquinas e equipamentos, armazenagens, partilhas de fretes, bem como, recursos financeiros, necessários a manutenção das operações da Companhia.

Os saldos em aberto no final do exercício são livres de juros e algumas transações não têm data de vencimento, sendo que parte da liquidação ocorre dentro do exercício e sempre em espécie ou através de realização de encontro de contas.

Não há cobertura de seguros para transações com partes relacionadas.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, não houve nenhuma contingência com as contas a receber relacionadas a débitos com partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício social, examinando-se a posição financeira das partes relacionadas e o mercado de atuação de cada uma delas. Sobre o montante dos saldos existentes a Companhia não constituiu nenhuma provisão para liquidação duvidosa.

Segue abaixo a relação dos contratos com partes relacionadas:

# ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Parte relacionada	Relação com o emissor	Data da transação	Objeto Contratado	Montante Envolvido em Reais Mil	Saldo em 31.12.2011	Duração até	Rescisão
<b>Da Controladora com as Controladas:</b>							
América Latina Logística Argentina S.A.	Controlada	26/09/83	Operações com tráfego mútuo	-	73.086	Indeterminado	Inadimplemento contratual
América Latina Logística Central S.A.	Controlada Indireta	2010 diversos	Contratos internacionais de mútuo	24.504	25.449	2012 diversas	Inadimplemento total ou parcial
América Latina Logística Mesopotâmica S.A.	Controlada Indireta	2010 diversos	Contratos internacionais de mútuo	8.862	8.531	2012 diversas	Inadimplemento total ou parcial
América Latina Logística Central S.A.	Controlada Indireta	2011 diversos	Contratos internacionais de mútuo	27.946	30.482	2013 diversas	Inadimplemento total ou parcial
América Latina Logística Mesopotâmica S.A.	Controlada Indireta	2011 diversos	Contratos internacionais de mútuo	5.001	5.355	2013 diversas	Inadimplemento total ou parcial
América Latina Logística Mesopotâmica S.A.	Controlada Indireta	30/12/09	Contratos internacionais de mútuo	1.475	1.545	06/02/12	Inadimplemento total ou parcial
América Latina Logística Malha Norte S.A.	Controlada	01/10/11	Locação de locomotivas	61.387	58.330	01/10/16	Descumprimento contratual, falência, dissolução ou recuperação judicial
América Latina Logística Malha Paulista S.A.	Controlada	01/03/08	Locação de vagões	61.440	14.334	01/03/13	Descumprimento contratual, falência, dissolução ou recuperação judicial
ALL - América Latina Logística Rail Tec	Controlada	11/01/11	Contrato de mútuo	3.500	4.216	11/06/12	Inadimplemento total ou parcial
ALL América Latina Logística Serviços Ltda.	Controlada	16/09/11	Contrato de Prestação de Serviços Administrativos	-	1.097	16/09/16	Descumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, alteração de controle acionário das partes.
<b>Entre Controladas:</b>							
América Latina Logística Malha Paulista S.A. e América Latina Malha Sul S.A.	Controlada	01/01/09	Compartilhamento de ativos e uso de infraestrutura ferroviária entre as Malhas e Direito de passagem e Tráfego mútuo	-	-	28/02/27	Descumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, ordem judicial e/ou administrativo e alteração do controle acionário das partes
América Latina Logística Malha Paulista S.A. e América Latina Logística Malha Oeste S.A.	Controlada	01/01/09	Compartilhamento de ativos e uso de infraestrutura ferroviária entre as Malhas e Direito de passagem e Tráfego mútuo	-	-	30/06/26	Descumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, ordem judicial e/ou administrativo e alteração do controle acionário das partes
América Latina Logística Malha Norte S.A. e América Latina Logística Malha Paulista S.A.	Controlada	01/01/09	Compartilhamento de ativos e uso de infraestrutura ferroviária entre as Malhas e Direito de passagem e Tráfego mútuo	-	-	31/12/28	Descumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, ordem judicial e/ou administrativo e alteração do controle acionário das partes
América Latina Logística Malha Sul S.A. e América Latina Logística Malha Oeste S.A.	Controlada	01/01/09	Compartilhamento de ativos e uso de infraestrutura ferroviária entre as Malhas e Direito de passagem e Tráfego mútuo	-	-	28/02/27	Descumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, ordem judicial e/ou administrativo e alteração do controle acionário das partes
ALL América Latina Logística Serviços Ltda. e ALL - América Latina Logística Equipamentos S.A.	Controlada	16/09/11	Contrato de Prestação de Serviços Administrativos	-	-	16/09/16	Descumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, descumprimento contratual, alteração de controle acionário das partes.
ALL América Latina Logística Serviços Ltda. e ALL - América Latina Logística Intermodal S.A.	Controlada	16/09/11	Contrato de Prestação de Serviços Administrativos	-	-	16/09/16	Descumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, descumprimento contratual, alteração de controle acionário das partes.
ALL América Latina Logística Serviços Ltda. e Portofér Transporte Ferroviário Ltda.	Controlada	16/09/11	Contrato de Prestação de Serviços Administrativos	-	-	16/09/16	Descumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, descumprimento contratual, alteração de controle acionário das partes.
ALL América Latina Logística Serviços Ltda. e ALL - América Latina Logística Malha Norte S.A.	Controlada	16/09/11	Contrato de Prestação de Serviços Administrativos	-	-	16/09/16	Descumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, descumprimento contratual, alteração de controle acionário das partes.
ALL América Latina Logística Serviços Ltda. e ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A.	Controlada	16/09/11	Contrato de Prestação de Serviços Administrativos	-	-	16/09/16	Descumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, descumprimento contratual, alteração de controle acionário das partes.
ALL América Latina Logística Serviços Ltda. e ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.	Controlada	16/09/11	Contrato de Prestação de Serviços Administrativos	-	-	16/09/16	Descumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, descumprimento contratual, alteração de controle acionário das partes.
ALL América Latina Logística Serviços Ltda. e ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A.	Controlada	16/09/11	Contrato de Prestação de Serviços Administrativos	-	-	16/09/16	Descumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, descumprimento contratual, alteração de controle acionário das partes.
ALL América Latina Logística Serviços Ltda. e ALL - América Latina Logística Malha Oeste S.A.	Controlada	16/09/11	Contrato de Prestação de Serviços Administrativos	-	-	16/09/16	Descumprimento contratual, falência, dissolução, recuperação judicial, descumprimento contratual, alteração de controle acionário das partes.
Brado Logística e Participações S.A. e demais	Controlada	20/12/10	Prestação serviço transporte ferroviário e Investimento	-	-	Vigência dos Contratos de Concessão das Malhas	Descumprimento contratual, falência, dissolução ou recuperação judicial; Inadimplemento total ou parcial
Brado Logística e Participações S.A. e demais	Controlada	20/12/10	Cessão de terminais para prestação de serviço de contê	-	-	Vigência dos Contratos de Concessão das Malhas	Descumprimento contratual, falência, dissolução ou recuperação judicial; Inadimplemento total ou parcial
Ritmo Logística S.A. e demais	Controlada	01/07/11	Contrato Operacional de Serviços de Transporte Rodoviário e Outras Avenças	-	-	Vigência dos Contratos de Concessão das Malhas	Descumprimento contratual, falência, dissolução ou recuperação judicial; Inadimplemento total ou parcial

Adicionalmente, a controlada ALL Malha Norte mantém com o BNDES Participações S.A., que é acionista da ALL Holding, operação de debêntures remunerada a juros de mercado, no valor de R\$ 322.382 em 31 de dezembro de 2011, cujo prazo de vencimento é até junho de 2016.

Existem algumas garantias prestadas ou recebidas entre partes relacionadas, devedora ou credora a saber:

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Garantidas				Total
	ALL S.A.	ALL Malha Sul	ALL Malha Paulista	ALL Malha Norte	
<b>Garantidoras</b>					
<b>ALL S.A. (controladora)</b>					
Debêntures	-	175.143	175.143	175.143	525.429
BNDES	-	237.850	101.559	502.353	841.762
CCB	-	822.040	-	-	822.040
Outros	-	-	-	-	-
		1.235.033	276.702	677.496	2.189.231
<b>ALL Malha Sul</b>					
Debêntures	1.516.851	-	-	-	1.516.851
<b>ALL Malha Norte</b>					
Debêntures	1.232.064	-	-	-	1.232.064
<b>ALL Malha Paulista</b>					
Debêntures	1.232.064	-	-	-	1.232.064
<b>ALL Malha Oeste</b>					
Debêntures	1.232.064	-	-	-	1.232.064
<b>ALL Intermodal</b>					
Debêntures	284.788	-	-	-	284.788
CCB	-	332.740	-	-	332.740
	284.788	332.740	-	-	617.528
<b>Total</b>	<b>5.497.831</b>	<b>1.567.773</b>	<b>276.702</b>	<b>677.496</b>	<b>8.019.802</b>

**Transações com outras partes relacionadas***Remuneração dos administradores*

Em ata de Assembleia Geral realizada em 29 de abril de 2011, fixou-se como remuneração global anual para os membros do Conselho Fiscal o valor de R\$ 600, e como verba global anual para a remuneração dos Administradores, o valor de até R\$ 29.500, estas remunerações são válidas até a próxima Assembleia Geral Ordinária.

O quadro abaixo demonstra a composição das remunerações apropriadas nos respectivos exercícios:

	2011	2010
Remunerações	22.741	25.952
Remunerações baseadas em ações (i)	18.762	14.454

(i) As condições estão descritas na nota explicativa 26.

Para as remunerações dos administradores não são dadas ou recebidas garantias.

Sobre o montante dos saldos existentes a Companhia não constituiu nenhuma provisão para liquidação duvidosa.



## ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Companhia adota práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação aplicável, incluindo as previstas no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Novo Mercado, instituído pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A decisão acerca de todas as operações da Companhia é submetida ao Conselho de Administração, à Diretoria ou ao Conselho Fiscal, conforme competências descritas em seu Estatuto Social. Assim, todas as operações, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Ademais, em conformidade com a Lei 6.404/76, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia é impedido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

### 21. Provisão para lucro não realizado

Em 31 de dezembro de 2001, a controladora alienou para a controlada ALL Malha Sul o direito de uso dos trechos de Presidente Epitácio a Rubião Junior e Pinhalzinho / Apiaí a Iperó, pelo valor de mercado de R\$ 22.387, suportado por laudo de avaliação de peritos independentes naquela mesma data base. Em 31 de dezembro de 2001, a controladora constituiu provisão correspondente ao lucro não realizado desta operação de R\$ 19.312, apresentada no exigível a longo prazo. Até 31 de dezembro de 2011, foram realizados R\$ 7.438 (R\$ 6.695 até 31 de dezembro de 2010).

### 22. Antecipação de créditos imobiliários – CRI - consolidado

A Companhia e a controlada ALL Malha Norte firmaram contratos cedendo créditos decorrentes de locação de terminais, cujos saldos são:

		31/12/11		31/12/10	
		Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
ALL S.A. (controladora)	(i)	29.967	75.794	29.968	73.374
ALL Malha Norte	(ii)	121.644	346.443	121.643	393.026
		<u>151.611</u>	<u>422.237</u>	<u>151.611</u>	<u>466.400</u>

O saldo é composto por duas operações de CRI:

- (i) CRI I: Em 29 fevereiro de 2008 a Controladora celebrou contrato de cessão de créditos decorrentes da locação do Terminal Intermodal de Tatuí. A CIBRASEC, por sua vez, emitiu Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) aos quais são conferidos juros remuneratórios de 12,38% ao ano, desde a data de emissão até a data de vencimento de cada CRI. Os prazos e as datas de vencimento são fixos, sendo que o primeiro vencimento foi em março de 2009 e o último irá ocorrer em 2018. Os encargos financeiros da operação estão sendo apropriados mensalmente ao resultado.
- (ii) CRI II: Em 28 de novembro de 2008 a ALL Malha Norte firmou junto à CIBRASEC contrato cedendo créditos decorrentes da locação do Terminal de Alto Araguaia (MT), a CIBRASEC, por sua vez, emitiu Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) aos quais são conferidos juros remuneratórios com base no CDI + 2,6% ao ano, desde a data de emissão até a data de vencimento de cada CRI. Os prazos e as datas de vencimento são fixos, sendo que o primeiro vencimento ocorreu em novembro de 2009 e o último irá ocorrer em 2018. Os encargos financeiros da operação estão sendo apropriados mensalmente ao resultado.

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**23.Receitas diferidas - consolidado**

		31/12/11		31/12/10	
		Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
<b>Controladas</b>					
ALL Intermodal	(i)	34	447	34	471
ALL Malha Norte	(ii)	1.528	11.306	1.528	12.834
ALL Malha Paulista	(iii)	858	13.354	858	14.212
ALL Malha Sul	(iii)	191	2.585	191	2.777
		<u>2.611</u>	<u>27.692</u>	<u>2.611</u>	<u>30.294</u>

- (i) Refere-se à receita diferida originada na integralização de capital social mediante terreno cedido em comodato (até 2025) pela ALL Intermodal à Rhall Terminais Ltda., apropriado linearmente pelo prazo restante da concessão.
- (ii) Provém de receita auferida na venda de 28 locomotivas, com posterior celebração de contrato de *lease back* com o Banco Itaú, pelo prazo até 2018.
- (iii) Decorrente de contratos firmados com empresas de comunicação, cujo objeto é a cessão da faixa de domínio do leito da linha para passagem de cabos de fibra ótica pelo período de vigência do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas (até 2028), sendo apropriado linearmente ao resultado pelo prazo restante da cessão do direito.

**24. Parcelamentos fiscais e previdenciários - consolidado**

		31/12/11		31/12/10	
		Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Lei 11.941/09		33.202	176.948	14.256	181.766
Senai		-	-	146	-
Sesi		-	-	184	-
Salário Educação		343	-	231	-
ISS		810	1.025	1.776	2.000
INSS		884	-	1.092	-
ICMS / IVA		-	4.806	-	4.806
		<u>35.239</u>	<u>182.779</u>	<u>17.685</u>	<u>188.572</u>

Com o intuito de reduzir sua exposição tributária a Companhia e suas controladas aderiram ao Programa de Parcelamento de Débitos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal instituído pela Lei nº 11.941/09, no 4º trimestre de 2009, a qual foi homologada em junho de 2011.

A Companhia informa que vem mantendo o pagamento regular das parcelas.

**25. Patrimônio líquido****a) Capital social**

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado, está representado conforme abaixo:

## ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Ordinárias	687.664.312	689.122.312

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independente de reforma estatutária, até o limite de 820.000.000 de ações ordinárias.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 09 de setembro de 2010, os acionistas da Companhia, com autorização emitida pela ANTT através da Resolução 3.563, de 12 de agosto de 2010, aprovaram o ingresso da Companhia no segmento especial do mercado de ações da BM&F Bovespa, denominado Novo Mercado. Em decorrência dessa deliberação e das regras estabelecidas para ingresso no Novo Mercado, o capital social passou a ser representado unicamente por ações ordinárias, na razão de 1 (uma) ação preferencial para 1 (uma) ação ordinária, inclusive aquelas ações preferenciais integrantes dos certificados de depósitos de ações de emissão da Companhia – *Units*. Assim as *Units* foram extintas. Após a conversão das ações também foi deliberado a conversão de 5 (cinco) ações ordinárias para 1 (uma) ação ordinária. O capital social da Companhia passou a ser representado por 687.502.312 ações ordinárias.

Em 22 de dezembro de 2010, foi homologado, em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 24.170, mediante a emissão de 1.620.000 ações ordinárias.

Em 04 de agosto de 2011, foi retificado, em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia homologado em 22 de dezembro de 2010. A retificação refere-se à redução do capital social integralizado de R\$ 24.170 para R\$ 2.417.

Em 28 de dezembro de 2011, foi retificado, em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia homologado em 22 de dezembro de 2010, já retificado em 04 de agosto de 2011. A presente retificação refere-se à redução da quantidade das ações subscritas de 1.620.000 para 162.000 ações.

### **b) Ações em tesouraria**

Conforme descrito no item anterior as ações que integravam as *Units* foram convertidas em ações ordinárias.

Durante o exercício de 2011, foram usadas 110.574 ações (1.753.788 em 31 de dezembro de 2010) para liquidação de opções de ações exercidas no exercício. As transferências foram registradas ao custo médio ponderado das ações em tesouraria (R\$ 16,76).

Durante o exercício de 2011, a Companhia efetuou a recompra de 6.518.910 ações ao custo total de R\$ 56.138.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia detinha 6.979.474 ações ordinárias em Tesouraria, ao custo médio de R\$ 9,15.

### **c) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, alterada e revogada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os dividendos propostos foram assim calculados:

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**Cálculo dos dividendos**

	<b><u>31/12/11</u></b>	<b><u>31/12/10</u></b>
Lucro líquido do exercício	244.945	239.879
Reserva Legal (5%)	(12.247)	(11.994)
Lucro líquido do exercício - Ajustado	232.698	227.885
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	58.174	56.972
<b>Dividendos propostos (mínimo obrigatório - 25%)</b>	<b>58.174</b>	<b>56.972</b>
Dividendos e juros sobre capital próprio		
	<b><u>31/12/11</u></b>	<b><u>31/12/10</u></b>
Quantidade de ações ordinárias	687.664	689.122
Dividendos por ação ordinárias	0,08460	0,08267

**d) Reserva de lucros**

Conforme a legislação societária no Brasil, a reserva legal é constituída a partir do lucro líquido do exercício, aplicando-se o percentual de 5% antes de qualquer outra destinação, e não excederá a 20% do capital social.

A reserva para investimentos é constituída com base nas disposições estatutárias, as quais estão sustentadas com o plano de investimento da Companhia através dos usos e fontes submetidos ao Conselho de Administração e de acordo com o artigo 194 da Lei 6.404/76, que determina que esta reserva não excederá o capital social subscrito, em importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e das empresas controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos.

**e) Adiantamentos para futuro aumento de capital**

São valores recebidos a título de adiantamento para futuro aumento de capital, decorrentes das contribuições do Plano de Opção de Compra de Ações, descrito na nota explicativa 26, e são apresentados em conta do Patrimônio Líquido.

**f) Incentivos fiscais – SUDAM**

Em 26 de setembro de 2007 a ALL Malha Norte protocolou junto a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM processo pleiteando o direito à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas - IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da Amazônia Legal e por ser o setor de transporte considerado empreendimento prioritário para o desenvolvimento regional, conforme dispõe o Inciso I, do art. 2º do Decreto nº 4.212 de 26 de abril de 2002.

O benefício foi concedido pela Secretaria da Receita Federal, através do Ato Declaratório Executivo 504, de 28 de novembro de 2008, após a expedição pela SUDAM do laudo constitutivo de número 135/2008, onde foi reconhecido à ALL Malha Norte o benefício fiscal de redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração por um prazo de 10 anos, contando o início do prazo em 2008 e término do prazo em 2017.

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O embasamento legal para o reconhecimento do benefício foi instituído pela Medida Provisória 2.199-14, em seu art. 1º de 24 de agosto de 2001 e redação dada pela Lei 11.196 de 21 de novembro de 2005. O efeito da redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis neste exercício calculados até 31 de dezembro de 2011 sobre o lucro da exploração foi de R\$ 55.880 (R\$ 50.274 em 31 de dezembro de 2010), contabilizado como redutor da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da controlada ALL Malha Norte, de acordo com o CPC 07 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela deliberação CVM nº 555 de 12 de novembro de 2008.

O incentivo fiscal está atrelado ao objetivo da Companhia de aumentar e manter investimentos na região da Amazônia Legal, estimulando o desenvolvimento da região, proporcionando incremento nos níveis de emprego, renda e produção; contribuindo, inclusive, com o crescimento na arrecadação de tributos nas esferas Municipal, Estadual e Federal.

O descumprimento, por parte da empresa beneficiária, dos objetivos do projeto e de cláusulas condicionantes, que caracterize desvio da aplicação dos recursos dos Fundos, resultará no cancelamento, pelo Conselho deliberativo da SUDAM, dos incentivos aprovados; e no recolhimento, pela empresa beneficiária, ao Banco operador, das quantias recebidas, atualizadas pelo mesmo índice adotado para os tributos federais, a partir da data de seu recebimento, acrescida de multa de 10% e juros de mora de 1% ao mês, deduzidas, no caso de aplicação de recursos sob a forma de debêntures, as parcelas já amortizadas (Lei nº 8.167/91, artigo 12, § 1º, inciso I, e inciso II, este com a redação dada pela Medida Provisória nº 1.740-31, de 06/05/99).

A Companhia informa que as condições relativas às subvenções estão sendo cumpridas devidamente e não existem outras contingências referentes a este incentivo.

### **26. Remuneração baseada em ações**

As despesas registradas com serviços recebidos de empregados nos períodos, decorrentes de transações de pagamento baseadas em ações a serem liquidadas pela entrega de instrumentos patrimoniais, foram de R\$ 25.051 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 22.247 em 31 de dezembro de 2010).

Plano de opção de compra de ações:

Na Assembléia Geral Extraordinária de 1º de abril de 1999, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano”), direcionado a administradores, colaboradores e prestadores de serviço da Companhia (“Beneficiários”). O Plano estabelece os parâmetros gerais dentre os quais destacamos:

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração ou, a critério deste, por um Comitê formado para este fim. Compete ao órgão administrador do Plano, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações, estabelecendo, dentre os indivíduos qualificados, aqueles aos quais serão concedidas as opções e as regras específicas aplicáveis, observadas as regras gerais do Plano (“Programa”).

O volume de opções de aquisição de ações está limitado a 5% das ações representativas do capital social da Companhia existentes na data da aprovação de cada Programa.

Os programas podem contemplar dois grupos de beneficiários, com tipos diferentes de contrato, aqui referidos como “Contrato A” (comuns a todos os programas) e “Contrato B” (presentes a partir do “Programa 2006”).

No “Contrato A” o beneficiário deve efetuar o pagamento de 10% do valor das ações, no ato da assinatura do contrato, como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, adquirindo então o direito a efetuar, a cada ano, contribuições para a aquisição de 18% do número total de ações, de tal forma que ao

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

final do 5º ano o Beneficiário terá incorporado ao seu patrimônio o direito a efetuar contribuições para a aquisição de 100% das ações. O valor das contribuições (preço das opções) é atualizado pela variação do IGP-M.

Os Contratos do tipo B diferem do Contrato A principalmente no seguinte ponto:

(i) aquisição do direito de efetuar as contribuições para a aquisição das ações muda de 10% no momento da outorga e 18% nos anos seguintes, como ocorre no Contrato A, e passa a ser de 10% no momento da outorga, 5% no primeiro ano, 10% no segundo, 15% no terceiro, 25% no quarto e 35% no quinto e último ano. Caso o beneficiário do Contrato B se desligue da Companhia sem justa causa, o Comitê pode, a seu critério, alterar o cronograma de aquisição do direito de efetuar contribuições para a aquisição das ações, para 18% ao ano, tal como é o cronograma do Contrato A.

O preço de exercício das opções é definido pelo Comitê com base no preço de mercado das ações. As opções outorgadas têm prazo extintivo de dez anos contado da data de aquisição do direito.

O plano não prevê hipóteses de liquidação das opções em dinheiro, nem há histórico de tal prática pela Companhia, de forma que o valor justo das opções é estimado na data de outorga, através do modelo de precificação de opções *Black & Scholes*, considerando os termos e condições relevantes nos quais as opções foram outorgadas.

O quadro abaixo demonstra o número (Nº) e média ponderada do preço de exercício (MPPE) das opções de aquisição de ações e respectivas movimentações durante o período:

	<b>2011</b>		<b>2010</b>	
	No.	MPPE	No.	MPPE
Saldo inicial	10.126.175	12,55	11.946.564	11,10
Novas outorgas				
Perdidas	(1.704.677)	15,73	(186.600)	12,75
Exercidas <sup>1</sup>	(110.574)	9,09	(1.633.789)	11,05
Saldo final	<b>8.310.924</b>	12,73	<b>10.126.175</b>	12,55

<sup>1</sup> O preço médio ponderado das ações na data de exercício dessas opções foi de R\$ 13,99 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 16,30 em 31 de dezembro de 2010).

No dia 03 de agosto de 2009, o Comitê do Plano de Ações cancelou os Programas 2007 e 2008, trocando as opções ainda não exercidas pelos beneficiários destes planos por um novo Programa 2009 na proporção de 9 para 5. Assim, para cada 9 opções integrante dos lotes cancelados (Programas 2007 e 2008), os beneficiários afetados receberam 5 opções da mesma espécie e classe no âmbito do Programa 2009, criado na mesma data com as seguintes características: (i) volume de ações: 6.850.805 ações, sendo 1.350.000 ordinárias e 5.400.000 preferenciais; (ii) preço por ação: R\$ 2,20, equivalente a R\$ 11,00 por *Unit*; (iii) aquisição do direito de efetuar aquisição de ações reinicia do zero (não contam os prazos decorridos relativos aos programas de 2007 e 2008); e (iv) período de aquisição do direito de efetuar contribuições para adquirir ações de 5 anos, 20% ao ano.

A média ponderada do prazo contratual remanescente das opções de ações restantes em 31 de dezembro de 2011 é de 5,8 anos. O preço de exercício dessas opções tem valor máximo e mínimo de R\$ 15,82 e R\$ 4,85 em 31 de dezembro de 2011.

A Companhia registra contabilmente as contribuições, a partir dos controles individuais de cada beneficiário, como adiantamento para futuro aumento de capital, integrante do patrimônio líquido e após a deliberação em Assembleia Geral, o montante é registrado como capital social. Para o caso específico de contribuições

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

efetuadas na ordem de 30% para aquisições de opções, a Companhia registra o aumento de capital a partir do segundo aniversário, estando, por sua vez, de acordo com a Lei 6.404/76.

A tabela a seguir relaciona as premissas incluídas no modelo usado para estimar o valor justo das opções da última outorga:

	<b>2009</b>
Volatilidade esperada (%)	36.4%
Taxa de juros livre de risco (%)	6% + IGPM
Prazo de vida esperado da opção (anos)	5,5
Preço médio ponderado das ações (R\$)	11
Modelo de precificação usado	Black & Scholes

O prazo de vida esperado das opções é baseado em dados históricos e não é necessariamente um indicativo do padrão de exercício que deve ocorrer. A volatilidade esperada reflete a premissa de que a volatilidade histórica dos 5 anos anteriores à data da outorga é indicativa da tendência futura, o que também pode não ser o resultado real.

### **Programa de “Restricted Share Options”**

Em assembléia realizada em 1º de setembro de 2010, o Comitê de Administração do Plano de Opção de Compra de Ações aprovou o programa de “restricted share options”. O programa consiste na concessão de opções, equivalentes a 3.000.000 de ações, a um grupo determinado de funcionários e administradores da Companhia, em caráter intransferível, cujo exercício está condicionado cumulativamente à manutenção da relação de trabalho com a Companhia até 31 de dezembro de 2012, ao atingimento de metas operacionais individuais e ao sucesso da Companhia em atingir suas metas de EBITDA.

As opções não têm direito a dividendos antes de seu exercício. O prazo de exercício é de seis meses a partir do decurso do período de aquisição que termina em 31/12/2012. O preço de exercício é de R\$ 0,01 por ação. Como o preço de exercício tende a zero, o valor justo da opção equivale ao valor de mercado da ação na data de outorga do programa (R\$ 16,50).

Não houve movimentações adicionais durante o exercício no âmbito do programa de “restricted share options”.

## **27. Resultado financeiro líquido**

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Juros sobre endividamento/debêntures/fianças	(219.740)	(122.058)	(737.491)	(634.219)
Multas/Juros Fiscais/Fornecedores/Vagões	2.678	(21.129)	(151.268)	(159.013)
Juros sobre arrendamento e concessão	(7)	-	(244.238)	(207.979)
Clientes/AVP/Outros	(5.432)	(675)	(15.338)	(30.775)
<b>Total da despesa financeira</b>	<b>(222.501)</b>	<b>(143.862)</b>	<b>(1.148.335)</b>	<b>(1.031.986)</b>
Receita sobre aplicação financeira	89.515	71.683	230.931	214.897
Remuneração sobre debêntures	36.135	36.153	-	-
AVP/Outros	(222)	253	2.550	3.838
<b>Total da receita financeira</b>	<b>125.428</b>	<b>108.089</b>	<b>233.481</b>	<b>218.735</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(97.073)</b>	<b>(35.773)</b>	<b>(914.854)</b>	<b>(813.251)</b>

**28. Demonstração dos resultados abrangentes**

Atendendo o disposto no CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia demonstra a seguir, a mutação dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
Lucro líquido do exercício	244.945	239.879	244.945	239.879
Varição cambial sobre investimento no exterior	(1.738)	8.309	(1.738)	8.309
Marcação a mercado sobre aplicação financeira	5.005	(4.299)	5.005	(4.299)
Efeito de marcação a mercado sobre instrumentos de <i>hedge</i>	(13.851)	(5.138)	(13.851)	(5.138)
<b>Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos</b>	<b>234.361</b>	<b>238.751</b>	<b>234.361</b>	<b>238.751</b>
<b>Atribuível:</b>				
Acionistas da Companhia	234.361	238.751	240.698	244.733
Participação dos não controladores	-	-	(6.337)	(5.982)
	<b>234.361</b>	<b>238.751</b>	<b>234.361</b>	<b>238.751</b>

**29. Resultado por ação**

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação (em milhares, exceto valores por ação):



## ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
<b>Resultado básico por ação</b>				
<b>Numerador</b>				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	244.945	239.879	244.945	239.879
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>				
Média ponderada de número de ações ordinárias	686.540	676.843	686.540	676.843
<b>Resultado básico:</b>				
Por ação ordinária	0,3568	0,3544	0,3568	0,3544
<b>Resultado diluído por ação</b>				
<b>Numerador</b>				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	244.945	239.879	244.945	239.879
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>				
Média ponderada de número de ações ordinárias	686.540	676.843	686.540	676.843
Efeito da diluição				
Opções de ações	13.050	13.126	13.050	13.126
Média ponderada de número de ações ordinárias ajustadas pelo efeito da diluição	699.590	689.969	699.590	689.969
<b>Resultado diluído:</b>				
Por ação ordinária	0,3501	0,3476	0,3501	0,3476

### 30. Informações por segmento reportável

As informações por segmento de negócio, correspondente aos períodos de 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são as seguintes:

Resultados Financeiros por Unidade de Negócios														
Descrição	Commodities Agrícolas		Produtos Industriais		Serviços Rodoviários		Argentina		Brado		Ritmo		Total	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Receita bruta	2.354.829	2.077.069	800.980	758.057	51.993	50.890	186.112	163.832	183.503	166.300	134.186	142.267	3.711.602	3.358.414
Receita líquida	2.053.485	1.825.450	655.219	630.173	45.866	44.443	180.992	159.651	153.025	147.433	115.620	123.152	3.204.207	2.930.302
Custos dos serviços prestados	(1.065.895)	(926.606)	(366.437)	(351.948)	(41.420)	(40.726)	(158.553)	(139.568)	#####	(119.627)	(101.636)	(113.663)	(1.854.198)	(1.692.137)
Lucro bruto	987.589	898.844	288.782	278.224	4.446	3.718	22.439	20.083	32.769	27.806	13.984	9.489	1.350.009	1.238.165
EBIT	882.157	776.158	249.192	230.187	2.765	1.183	(9.442)	1.703	17.688	14.794	8.188	4.891	1.150.548	1.028.915

\* Os resultados referentes ao ano de 2010 estão apresentados em base pró forma, considerando como se a Brado e a Ritmo já tivessem sido criadas naquele período.

\*\* Em 2011 os números da Ritmo também são pró forma, pois parte dos seus resultados foram contabilizados no Ouro Verde, e então transferidos para a Ritmo.

A Companhia está organizada em unidades de negócios, ao redor dos principais setores de mercado nos quais opera. As operações da Companhia estão divididas em quatro unidades de negócios, três delas dentro das operações brasileiras e outra responsável pelas operações argentinas. No Brasil as três unidades de negócios são:

(i) *commodities* agrícolas, compõem-se do transporte de produtos como soja, farelo de soja, fertilizantes, açúcar, milho, trigo, arroz, entre outros.

(ii) produtos industriais (transporte ferroviário e intermodal) refere-se ao transporte de produtos siderúrgicos, madeira, papel, celulose, alimentos, contêineres, combustíveis, óleo vegetal, produtos para construção civil, entre outros.

(iii) a unidade de transporte rodoviário engloba produtos como *high* maltose, gases e peças automotivas, em atividade até 30 de junho de 2011. Em 01 de julho iniciaram as operações na controlada indireta Ritmo Logística S.A.

O desempenho dos segmentos é avaliado com base na margem operacional, que conforme demonstrado na tabela acima difere da forma apresentada nas informações trimestrais consolidadas.

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os financiamentos e as aplicações financeiras da Companhia (incluindo receitas e despesas financeiras) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito consolidado, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

**31. Outras receitas / despesas e ajustes****31.1. Outras receitas operacionais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Venda de inservíveis	1.629	1.065	25.032	13.357
Venda de imobilizado	-	12.446	-	5.663
Recuperação de impostos	-	-	2.129	-
Outras	-	-	97	1.699
<b>Total</b>	<b>1.629</b>	<b>13.511</b>	<b>27.258</b>	<b>20.719</b>

**31.2. Outras despesas operacionais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Taxas aduaneiras	34	15	888	1.482
Combustíveis não consumidos na operação	9	-	1075	846
Doações dedutíveis	-	47	659	1.161
Baixa de bens do imobilizado	5.371	-	21.555	-
Outras	-	-	811	575
<b>Total</b>	<b>5.414</b>	<b>62</b>	<b>24.988</b>	<b>4.064</b>

**31.3. Depreciação, amortização, manutenção, combustíveis e arrendamento e concessão incluídos na demonstração consolidada do resultado**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Combustível	9	-	472.499	519.409
Serviços terceiros	1.245	2.009	145.497	116.934
Depreciação e amortização intangível	47.771	35.139	453.199	381.504

**31.4. Receita líquida**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Receita bruta	135.191	62.161	3.675.757	3.154.241
(-) Deduções (Impostos, descontos e cancelamentos)	(12.863)	(5.674)	(502.542)	(400.710)
<b>Receita líquida</b>	<b>122.328</b>	<b>56.487</b>	<b>3.173.215</b>	<b>2.753.531</b>

**32. Seguros – consolidado**

Em 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

<b>Ramo</b>	<b>Cobertura por eventos</b>	<b>Importância segurada</b>	<b>Vigência</b>
Riscos operacionais ferroviários	Patrimônio - danos materiais e lucros cessantes	R\$ 60.000	01/08/2011 a 01/08/2012
Responsabilidade civil-operações ferroviárias	Operações, poluição, empregador, veículos (contingências) e portuárias	R\$ 10.000	30/04/2011 a 30/04/2012
Seguro de carga ferroviária	Responsabilidade civil do transportador ferroviário de carga (RCTF-C); risco ferroviário (RF) - por embarque	R\$ 2.200	30/06/2011 a 30/06/2012
Responsabilidade civil-caminhões	Danos a terceiros nos percursos internacionais	R\$ 120	31/03/2011 a 31/03/2012
Seguro de carga rodoviária	Responsabilidade civil do transportador rodoviário (RCTR-C) acidentes e (RCF-DC) roubo; transporte rodoviário de viagens internacionais	RCTR-C R\$ 2.200 RCT-VI R\$ 2.200 RCFD-C R\$ 2.200	30/06/2011 a 30/06/2012

Não está incluído no escopo do trabalho de nossos auditores revisar a suficiência da cobertura de seguros, cuja adequação foi determinada e avaliada pela Administração da Companhia.

**33. Instrumentos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e suas controladas possuíam os seguintes instrumentos financeiros:

	<b>Valor contábil</b>		<b>Valor justo</b>	
	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>	<b>31/12/11</b>	<b>31/12/10</b>
<b>Ativos financeiros</b>				
Contas a receber de clientes	271.837	231.383	271.837	231.383
Créditos com congêneres	1.639	1.344	1.639	1.344
Adiantamentos e outras contas a receber	80.913	95.200	80.913	95.200
Depósitos restituíveis e valores vinculados	353.949	348.015	353.949	348.015
Disponibilidades e valores equivalentes	2.099.738	1.974.560	2.099.738	1.974.560
<b>Total</b>	<b>2.808.076</b>	<b>2.650.502</b>	<b>2.808.076</b>	<b>2.650.502</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Debêntures	2.422.989	1.726.814	2.422.989	1.726.814
Débito com congêneres	2.370	3.304	2.370	3.304
Adiantamento de clientes	96.275	69.452	96.275	69.452
Arrendamento mercantil financeiro	1.268.326	1.096.101	1.268.326	1.096.101
Empréstimos e financiamentos	3.208.748	3.039.050	3.212.245	3.038.195
Antecipação de crédito imobiliário	573.848	618.011	573.848	618.011
Contas a pagar a fornecedores	462.896	345.352	462.896	345.352
<b>Total</b>	<b>8.035.452</b>	<b>6.898.084</b>	<b>8.038.949</b>	<b>6.897.229</b>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de títulos e debêntures negociáveis é baseado nas cotações de preço na data das informações trimestrais. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é equivalente ao valor contábil, o qual traduz o custo de liquidação dos mesmos.
- O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido através de preços de mercado cotados em mercados ativos, se houver.
- A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo e curvas das taxas de juros.

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

Os principais fatores de risco da Companhia e de suas controladas, relacionados aos instrumentos financeiros, são os seguintes:

### **a) Risco de crédito**

A Companhia e suas controladas estão potencialmente sujeitas a riscos de crédito em suas contas a receber de clientes ou de créditos detidos juntos à instituições financeiras gerados por aplicações financeiras. Os procedimentos adotados para minimizar os riscos comerciais incluem a seletividade dos clientes, mediante uma adequada análise de crédito, estabelecimento de limites de venda e prazos curtos de vencimento dos títulos. As perdas estimadas com estes devedores são integralmente provisionadas. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia e suas controladas têm por política somente realizar aplicações em instituições financeiras com baixo risco de crédito, conforme classificação de risco estabelecida pelas agências de *rating* de primeira linha. A administração estabelece um limite máximo para aplicação, em função do Patrimônio Líquido e da classificação de risco de cada instituição.

### **b) Risco de taxa de juros**

A Companhia possui determinados passivos sobre os quais incidem juros pós-fixados, gerando exposição à oscilação na taxa de juros de mercado.

Para evitar o descasamento de taxas entre ativos e passivos financeiros são utilizados contratos de Swap “Pré-DI”, de forma a pré-fixar a taxa de juros de parte do endividamento anteriormente indexado ao CDI. Foi realizado o hedge de parte da exposição líquida em CDI, ou seja do saldo de endividamento que ultrapassa o caixa aplicado em CDI. Os fluxos que passaram a ser corrigidos por taxa pré-fixada foram a 3ª emissão de debêntures Malha Sul, CCB com vencimento em 2014, exposição até janeiro de 2013 da CCB e NCC da Malha Sul, da exposição até janeiro de 2013 da 9ª emissão de debêntures da ALL Holding. Com estes Swaps é garantida a igualdade de indexadores entre ativos e passivos, mitigando o efeito da taxa de juros sobre o resultado da empresa. Estes instrumentos são registrados como hedge.

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A seguir é apresentada análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses, para os swaps e respectivos ativos-objeto para os quais foram realizadas as proteções patrimoniais. A Administração considerou como cenário provável o CDI projetado para o exercício de 2011, segundo projeções bancárias:

**Risco de Apreciação da Taxa de Juros**

Operação	Risco	Valor Nominal	Valor Justo em 31/12/11	Cenário Provável	25%	50%
<b>ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS</b>						
Debêntures 3ª Emissão	CDI	166.666	8.720	18.915	23.644	28.373
Swap Ponta Ativa - Contraparte HSBC	CDI	(166.666)	(8.720)	(18.915)	(23.644)	(28.373)
NCC	CDI	211.119	695	22.033	27.541	33.050
Swap Ponta Ativa - Contraparte HSBC	CDI	(211.119)	(695)	(22.033)	(27.541)	(33.050)
CCB	CDI	90.489	10.192	13.724	16.784	19.843
Swap Ponta Ativa - Contraparte Santander	CDI	(90.489)	(10.192)	(13.718)	(16.776)	(19.834)
CCB	CDI	340.736	641	37.849	46.272	54.694
Swap Ponta Ativa - Contraparte Santander	CDI	(340.736)	(641)	(37.847)	(46.269)	(54.691)
Dbênture 9ª Emissão	CDI	367.590	1.039	45.092	54.790	64.489
Swap Ponta Ativa - Contraparte Morgan Stanley	CDI	(367.590)	(1.039)	(45.092)	(54.790)	(64.489)

**Referências**

CDI Médio (a.a.)	10,00%	12,50%	15,00%
------------------	--------	--------	--------

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

O efeito da exposição à variação de taxa de juros remanescente é apresentado no item “d”, a seguir.

**c) Risco de moeda estrangeira**

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo, fornecedores ou contratos de fornecimento em moeda estrangeira, bem como flutuações que reduzam saldos de aplicações ou outros ativos.

A Companhia tem por política utilizar instrumentos derivativos com o único objetivo de mitigar os efeitos relacionados à desvalorização cambial do Real em suas compras a prazo em moeda estrangeira. Para isso a Companhia contrata operações de swap “Dólar-Real” no mesmo montante e com mesma data de vencimento das obrigações objeto de proteção. A companhia acompanha regularmente a sua exposição cambial para garantir que o resultado das operações de hedge anule o efeito cambial sobre seu fluxo de caixa.

Vide a seguir análise de sensibilidade ao risco de taxa de câmbio, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses. A Administração considerou como cenário provável o câmbio projetado para o exercício de 2011, segundo projeções macroeconômicas:

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**Risco de apreciação da moeda estrangeira**

Operação	Risco	Valor Nocial	Valor Justo em 31/12/11	Cenário Provável	+25%	+50%
<b>ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS</b>						
Risco de apreciação da moeda estrangeira – Efeito sobre aplicações:						
Aplicações	USD	12.595	22.544	(504)	5.006	10.517
<b>Efeito Líquido sobre aplicações</b>		<b>12.595</b>	<b>22.544</b>	<b>(504)</b>	<b>5.006</b>	<b>10.517</b>
Risco de apreciação da moeda estrangeira – Efeito sobre fornecedores / importações:						
Fornecedores Longo Prazo	USD	(52.820)	(6.176)	3.963	(39.384)	(82.732)
Swaps ponta ativa por contraparte:						
Contraparte Santander	USD	10.104	1.441	(758)	7.534	15.826
Contraparte HSBC	USD	24.504	2.247	(1.839)	18.271	38.381
Contraparte Itaú	USD	10.517	1.098	(789)	7.842	16.473
Contraparte Bradesco	USD	7.831	1.390	(588)	5.839	12.265
<b>Efeito Líquido sobre fornecedores / importações</b>		<b>136</b>	<b>-</b>	<b>(11)</b>	<b>102</b>	<b>213</b>
<b>Referências</b>						
Dólar USD/R\$				1,75	2,19	2,63

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

**d) Risco de deterioração de encargos financeiros do endividamento líquido**

Este risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas em função de variações nas taxas de juros ou outros indexadores dos seus empréstimos e financiamentos, que aumentem a sua despesa financeira ou reduzam a receita financeira oriunda das suas aplicações. Na Companhia esse risco tem impacto sobre a dívida líquida indexada em CDI (dívida total indexada em CDI aplicações financeiras indexadas em CDI). Para cobrir parcialmente esta exposição, a Administração optou por contratar operações de swap conforme mencionado no item “b” do quadro Riscos de Taxa de Juros. A empresa continua monitorando estes indexadores para avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos a fim de mitigar o risco de variação destas taxas.

Vide a seguir análise de sensibilidade à deterioração de encargos financeiros, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses, considerando como cenário provável as taxas projetadas para o exercício de 2011. Como cenários alternativos foram simulados aumentos nas taxas, considerando o fato de a Companhia possuir uma posição líquida de dívida:

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**Risco de Deterioração dos Encargos do Endividamento Líquido**

Operação	Risco	Cenário Provável	+25%	+50%
<b>ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS</b>				
<b>CAIXA</b>				
Aplicações Indexadas ao CDI	CDI	199.552	249.440	299.329
Aplicações Pré-Fixadas	PRÉ	15.091	15.091	15.091
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>				
FINANCIAMENTOS Indexados à TJLP	TJLP	163.899	195.238	226.576
FINANCIAMENTOS Indexados ao CDI	CDI	199.246	241.899	284.552
FINANCIAMENTOS Pré / Pós Fixados via swap conforme item b	PRÉ/PÓS	80.611	80.611	80.611
PONTA PASSIVA - Swaps USD X %CDI	CDI	(3.963)	39.384	82.732
DEBÊNTURES Indexadas ao CDI	CDI	154.003	187.567	221.132
DEBÊNTURES Pré Fixados via swap conforme item b	PRÉ	71.119	71.119	71.119
DEBÊNTURES Indexadas ao IPCA	IPCA	42.398	46.751	51.104
ANTECIPAÇÕES de Créditos Imobiliários Indexados ao CDI	CDI	70.691	85.281	99.870
Impostos Parcelados	CDI	(21.241)	(26.551)	(31.862)
CDI Médio (a.a.)		10,00%	12,50%	15,00%
TJLP		6,00%	7,50%	9,00%
IPCA		5,40%	6,75%	8,10%

Cenário provável para os próximos 12 meses, baseado em projeções macroeconômicas bancárias.

**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**e) Instrução CVM nº 475**

A posição consolidada dos valores dos instrumentos financeiros derivativos é apresentada no quadro abaixo:

**Valor justo das operações com instrumentos derivativos por vencimento**

DESCRIÇÃO	VALOR DE REFERÊNCIA		VALOR JUSTO		EFEITO ACUMULADO (PERÍODO ATUAL)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	VALOR A RECEBER /RECEBIDO	VALOR A PAGAR/PAGO
<b>CONTRATOS DE "SWAPS":</b>						
<b>POSIÇÃO LÍQUIDA</b>						
<b>RISCO DE MOEDA ESTRANGEIRA</b>	USD	USD	R\$	R\$	R\$	R\$
VENCIMENTOS USD x %CDI:						
1T11	-	39.036	-	(6.422)	-	-
3T11	-	14.545	-	(2.107)	-	-
4T11	-	-	-	-	-	-
1T12	41.369	-	1.844	-	1.844	-
1T12	10.504	-	(75)	-	-	(75)
<b>RISCO DE TAXA DE JUROS</b>	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
VENCIMENTOS TAXAS PRÉ X PÓS:						
3T12*	-	66.667	0	669	-	-
4T12*	-	30.000	-	(137)	-	-
1T13*	1.014.445	-	(2.847)	-	-	(2.847)
2T13*	107.409	70.000	1.421	(856)	1.421	-
4T14*	75.000	75.000	(10.960)	(5.645)	-	(10.960)
1T18*	150.000	150.000	10.471	6.782	10.471	-
3T18*	166.666	166.666	(10.248)	(4.840)	-	(10.248)
<b>TOTAL</b>			<b>(10.394)</b>	<b>(12.556)</b>	<b>13.736</b>	<b>(24.130)</b>

\* Operações derivativos caracterizadas como hedge ("hedge documentation")

As operações de SWAP do quadro de USD x % CDI acima são realizadas com um custo da ponta passiva média de 110% do CDI e um custo de ponta ativa de variação cambial acrescido de um spread médio de 1%.

O valor justo dos derivativos é registrado na conta contábil de Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não Circulante) no Passivo em contrapartida: i) ao resultado, no caso dos derivativos em que não há o *hedge documentation*, e ii) Ajustes Patrimoniais (Patrimônio Líquido), no caso dos derivativos para os quais há o *hedge documentation*. O efeito do valor justo é contabilizado na conta de Empréstimos e Financiamentos, no Passivo Circulante. Todos os derivativos utilizados têm o objetivo de hedge (proteção patrimonial).

Ressaltamos que, no vencimento, o efeito negativo ou positivo destas operações é compensado pelo efeito contrário no ativo ou passivo cujo risco está sendo mitigado.

O valor justo dos derivativos foi estimado usando as curvas de câmbio e juros vigentes na BM&F em 31 de dezembro de 2011, para a projeção do valor futuro, bem como a taxa DI futura da BM&F para trazer estes fluxos a valor presente. Não há depósito de margem ou garantias de qualquer tipo ou valor, para nenhum dos derivativos em questão.

O efeito no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2011 das operações de instrumentos financeiros destinados a *hedge* foi credor em R\$ 1.290 (em 31 de dezembro de 2010 devedor em R\$ 13.478). Os ganhos e perdas dos *swaps* vinculados a estrutura de *hedge* registrado no patrimônio líquido montaram o saldo devedor de R\$ 15.221 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 1.368 devedor em 31 de dezembro de 2010).



## ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 34. Seguridade social privada

A controlada direta ALL Malha Oeste patrocina um Plano de Benefícios, junto a uma Entidade Multipatrocinada, o HSBC Fundo de Pensão. O plano possui características predominantes na modalidade de contribuição definida durante o período de acumulação de reservas. O único benefício definido, na fase de acumulação, é um pecúlio equivalente a no máximo seis salários, pago em eventos de morte, invalidez e entrada em aposentadoria, calculado conforme fórmulas e condições estabelecidas no regulamento do plano.

As contribuições são efetuadas em média, na proporção de 67% pela patrocinadora e 33% pelos participantes ativos contribuintes. As contribuições relativas ao Benefício Mínimo são efetuadas integralmente pela Patrocinadora, conforme definido em nota técnica atuarial, e são redimensionadas anualmente, através das avaliações atuariais.

O plano é avaliado anualmente, por atuário independente, tendo sido a última avaliação atuarial do Plano, concluída em 31 de dezembro de 2011. A data base cadastral utilizada na avaliação foi a de outubro de 2011.

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Participantes	44	47
Ativo líquido	9.345	9.043
Contribuições da patrocinadora (% folha)	0,16%	0,16%
Folha salário de participação	821	772

O plano possui ainda uma parcela de benefício definido na fase de concessão, cuja obrigação atuarial refere-se às rendas mensais vitalícias concedidas aos seus participantes. O valor presente da obrigação atuarial dos Participantes Assistidos, foi calculado com base na tábua de mortalidade AT-83 e uma taxa de desconto financeiro de 10,54% ao ano, monta em R\$ 6.135 em 31 de outubro de 2011, estando totalmente coberto pelo Ativo Líquido do Plano.

Além da total cobertura financeira das obrigações atuariais, o plano apresenta um superávit com o qual foi formado Fundo Previdencial que monta em R\$ 3.260 em 31 de dezembro de 2011. O Fundo é constituído por saldos remanescentes de contribuições da patrocinadora, oriundos de desligamentos de participantes que efetuaram resgate parcial, não sendo elegíveis a qualquer benefício do plano.

### 35. Fato relevante

Em 19 de dezembro de 2011, a Companhia divulgou fato relevante sobre a criação da Vetria Mineração (“Vetria”), associação entre ALL, Triunfo e Vetorial Mineração para desenvolver uma solução integrada para extração, logística e comercialização de minério de ferro proveniente do Maciço do Urucum, em Corumbá-MS.

A nova Companhia terá um sistema integrado com mina própria em Corumbá, logística ferroviária através de contrato operacional de longo prazo com a ALL e terminal de uso privativo e misto em Santos.

A efetivação da Associação está condicionada ao cumprimento de determinadas condições suspensivas das quais destacam-se:

- Obtenção dos recursos financeiros necessários para os investimentos, incluindo um fundo de equity;

## **ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A. E SUAS CONTROLADAS**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Aprovação pelo Conselho de Defesa Nacional (CDN) para a transferência das ações de emissão da Vetorial para a Vetria;
- Certificação das reservas minerais (metodologia JORC);
- Obtenção das licenças ambientais necessárias junto às autoridades governamentais;
- Aprovação pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) dos contratos operacionais entre ALL e Vetria; e
- Obtenção da autorização pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) para implantação e operação de porto.

Esta transação irá gerar impacto contábil de acordo com o CPC15 – Combinações de negócios apenas na data de sua efetivação, ou seja, após cumpridas todas as condições suspensivas descritas acima.

\* \* \*